



Polícia de Pinochet mata menina a tiros

Segundo avaliação dos grevistas, a greve de 48 horas iniciada no dia 2 de julho no Chile foi a mais bem sucedida contra o regime militar. As ruas ficaram vazias. Segundo dados oficiais, três pessoas foram mortas, inclusive uma menina de 13 anos; 50 foram feridas e 300 presas. A menina foi morta quando saía para comprar pão. Apesar da ausência de populares nas ruas, a repressão militar foi violenta, particularmente nos bairros de periferia, com invasão de casas à procura de lideranças, atentados a bomba, queima de ônibus. A imprensa foi proibida de transmitir notícias sobre a paralisação.

Em São Paulo cerca de 200 pessoas realizaram uma passeata em frente ao consulado chileno em protesto contra a repressão do governo de Pinochet e em apoio à greve geral. Parlamentares, entidades sindicais e populares participaram da manifestação, seguida de perto por forte aparato da PM.

PC do B defende operários e camponeses na Constituição

O Partido Comunista do Brasil lança suas propostas para a Constituinte. Defende um sistema de coresponsabilidade em vez do presidencialismo, o fim do Senado, uma representação operária e campo-

nesa no Congresso, medidas visando a extinção do latifúndio, capítulos especiais sobre mulheres, direitos sociais dos trabalhadores e soberania nacional.

Pág. 3

EDITORIAL

Proposta de combate

Os mais variados temas, com diversas tendências, estarão presentes na Constituinte. Pode-se antever a intensidade da batalha a ser travada. Ganha portanto enorme importância a reunião que o Partido Comunista do Brasil acaba de realizar aprovando suas teses.

As propostas aprovadas não são evidentemente perfeitas e acabadas. O seu mérito maior é levar a marca de vanguarda, impregnadas de povo e de progresso. Na campanha eleitoral e no desenrolar dos trabalhos da Constituinte tais idéias jogarão o papel de abrir espaço para os trabalhadores, de criar melhores condições para a luta por mudanças.

Não se ficou no detalhe. A preocupação foi a grande orientação, que sirva de rumo. Não se tratou também de inventar temas futuristas abstratos. Levou-se em conta os problemas candentes que estão postos na sociedade e se procurou adotar para eles as soluções avançadas.

Ganha importância, por exemplo, a proposta de uma bancada classista, de operários e camponeses, no Congresso. É uma forma de abrir, de imediato, a possibilidade de fazer ecoar no Parlamento a voz da maioria dos brasileiros, que vive de seu trabalho mas que não pode opinar sobre os destinos da pátria. O trabalhador terá melhores condições de votar em gente saída de seu meio, com o "cheiro de povo" que tanto desagradava o general Figueiredo e seus colegas de farda.

Os comunistas lutam pelo socialismo. Mas não se omitem numa batalha como esta, de formular uma nova Constituição ainda que nos marcos do capitalismo. Ao agir desta forma buscam não a ilusão reformista de "melhorar" o sistema. Ao contrário, têm como preocupação ajudar as massas a fazerem sua própria experiência, tomarem em suas mãos as alavancas do progresso e conquistarem direitos essenciais para prosseguirem na luta por uma nova socie-

dade. O PC do B cuidou assim de trilhar hoje concretamente os caminhos que conduzem ao socialismo.

Alguns ficam no terreno das lamentações. Dizem que a convocação da atual Constituinte contem vícios. Alimentam talvez o sonho de uma Constituinte, nos marcos burgueses, mas sem vícios, favorável aos trabalhadores desde que fosse "exclusiva", como dizem os petistas. Estes esquecem que o alcance das conquistas a serem obtidas depende menos do "chororô" e mais da organização efetiva dos trabalhadores para a luta, apoiada em propostas viáveis e mobilizadoras como as que acabam de fazer os comunistas.

O PC do B centrou as suas teses na proposta de uma nova organização política do poder, de conotação democrática. Para isto partiu da história do Brasil e da experiência de outros povos. Comprovou a falência do presidencialismo, marcado pelo autoritarismo. Ao mesmo tempo negou a cópia pura e simples do parlamentarismo que também da mostras de impotência em outras nações. O PC do B levantou então a idéia de um governo de coresponsabilidade, adaptado às condições reais do país, capaz de permitir mudanças significativas na vida política, de fazer circular o ar da democracia, de colocar o governo mais próximo do povo, obrigando-o portanto a governar com mais atenção à maioria da população.

As propostas aprovadas têm grande vigor. Não pertencem, entretanto, com exclusividade aos comunistas. Tornam-se a partir de agora, patrimônio dos trabalhadores dos democratas sinceros, de todos os interessados em lutar pela liberdade, pelos direitos do povo e pelo progresso. Cada um tem o dever de contribuir com novas opiniões, de debater, de corrigir o que achar necessário. Mas sobretudo de trabalhar para promover as mudanças. É hora de unidade e de luta.

Poder público deixa hospitais na indigência

Dossiê da Associação Paulista de Medicina revela o abandono dos serviços de saúde. P. 10

Previdência: quem custeia, quem fatura e quem dá calote

A Nova República introduziu reformas no sistema brasileiro de previdência social. Mas o esquema, altamente privatizado, permanece sem bases sólidas. Página 5

Ele sumiu com 250 votos dos metalúrgicos de Niterói

Confirmada a denúncia da oposição: Abdias dos Santos, presidente do sindicato, fez uma relação de votantes sob medida para dar vantagem à sua chapa. Pág.7



Greve poderá parar portos de todo o país

Trabalhadores portuários se articulam e preparam greve em escala nacional para defender suas reivindicações. Pág.7

Firma usa até tiro contra sindicato

Em Bocaiuva, Norte de Minas, a recente organização dos metalúrgicos enfrenta uma oposição feroz do patronato. Página 6



As pressões que fizeram o Brasil romper com Cuba

O reatamento de relações diplomáticas do Brasil com Cuba, ocorrido no último dia 25, põe fim a uma das medidas mais servís ao imperialismo norte-americano na política externa adotada pela ditadura militar. Em 13 de maio de 1964 o marechal Humberto de Alencar Castello Branco cortou laços do Brasil com Cuba.

O rompimento das relações diplomáticas foi realizado menos de dois meses após o golpe de Estado que levou os militares ao poder no Brasil, em 1º de abril de 1964. Houve pressão direta dos EUA para que a medida fosse adotada. O imperialismo ianque estava irritado com Cuba, pelas medidas revolucionárias então adotadas na ilha.

Cuba foi a última colônia espanhola na América, e também o primeiro país a livrar-se da opressão norte-americana no continente, a partir da revolução de 1959. Os cubanos, organizados no Movimento 26 de Julho (data de uma tentativa de tomada do Quartel de Moncloa por um grupo liderado por Fidel Castro), derrubaram a ditadura de Fulgêncio Batista em 1º de janeiro de 1959.

Fidel, com Camilo Cienfuegos e Ernesto Che Guevara, estava à frente da luta armada que levou Batista a fugir para São Domingos, e que tinha como principal palco de operações a Sierra Maestra. Os revolucionários não tinham um projeto poli-

tico e econômico definido. Mas estavam conscientes de que a exploração do país pelo imperialismo ianque, a violência das oligarquias locais e a miséria a que fora submetido o povo eram os principais motivos que levaram à eclosão revolução.

AVANÇOS SOCIAIS

No poder, os guerrilheiros do M-26 trataram de tomar medidas contra a corrupção, a prostituição (Cuba era uma espécie de cassino e prostíbulo para magnatas ianques), o analfabetismo etc. A taxa de analfabetismo, que era de 35% em 1959, foi reduzida para 5% no primeiro ano de governo revolucionário. No campo da saúde e da distribuição de rendas também foram adotadas medidas drásticas. A própria falta de experiência e o ardor revolucionário dos jovens que tomaram o poder levaram a atos que depois precisaram ser revogados, por sua impraticabilidade. É o caso do decreto instituindo salário único para todos os cubanos e do decreto que punha fim à circulação de

Revolução truncada

A vitória da revolução democrática e antiimperialista em Cuba foi saudada por todos os povos do mundo, em especial da América Latina. O golpe desferido contra o domínio dos Estados Unidos encheu de entusiasmo os latino-americanos, há décadas explorados e oprimidos pelos capitalistas estadunidenses e seus agentes crioulos. Nos primeiros anos de governo revolucionário, as medidas democráticas e antiimperialistas adotadas levaram a melhorias significativas nas condições de vida dos trabalhadores cubanos.

Infelizmente a direção pequeno-burguesa adotada por Fidel Castro e seus companheiros logo

resvalou para a dependência a um outro imperialismo que surgiu após a traição de Kruschev ao socialismo na URSS, que terminou engendrando o social-imperialismo soviético.

Hoje, o país permanece dependente da monocultura da cana-de-açúcar e seu desenvolvimento econômico foi atrelado aos interesses soviéticos. Fidel posa em fotos ao lado do ditador da Polónia, general Jaruzelski, ou da camarilha imposta ao povo afegão por tropas enviadas pelo Kremlin. Soldados cubanos lutam contra os revolucionários eritreus e dão respaldo aos governos da Etiópia e Angola. A revolução foi truncada.

moedas na ilha, elaborados pelo então ministro da Economia, Ernesto Che Guevara...

O imperialismo norte-americano foi golpeado a fundo com a revolução cubana. Em 1958, firmas estrangeiras - principalmente ianques - controlavam 75% da terra cultivável da ilha, 90% dos serviços e 40% da produção de açúcar (carro-chefe da economia cubana). Em 17 de maio de 1959 foi assinada a Primeira Lei da Reforma Agrária, atingindo em cheio interesses norte-americanos.

O exemplo revolucionário e os êxitos alcançados em Cuba deram novo alento aos movimentos de libertação norte-americanos. Em 1960,

Fidel toma o poder em 1959 e os brasileiros apoiam as medidas revolucionárias em Cuba



o governo de Havana nacionaliza as refinarias de petróleo estadunidense que operam no país e que boicotam as diretrizes determinadas pelo Ministério da Economia.

SOB CERCO DOS EUA

Em abril de 1961 o Pentágono organiza e financia a invasão da ilha por tropas mercenárias. Mas os contrarrevolucionários são derrotados e capturados em poucas horas. Tentativas de assassinato das principais lideranças revolucionárias e atos de sabotagem fracassam sucessivamente.

Os EUA apelam para o cerco econômico, diante do fiasco de suas ações militares. Suspendem todas as compras de açúcar contratadas com Cuba e articulam a expulsão do país da Organização dos Estados Americanos, OEA. O Brasil, que na época vivia sob o governo de João Goulart, recusa-se a seguir os ditames ianques. Mas em 1964 os generais brasileiros empalmam o poder e passam a obedecer às ordens da Casa Branca. O Brasil rompe relações com Cuba em 13 de maio de 1964. O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA na época, Robert McCloskey, saúda a medida: "Estamos satisfeitos com a decisão tomada pela República irmã de romper com o regime cubano", disse. Em terras brasileiras a imprensa ligada aos interesses imperialistas, como os jornais "O Estado de S. Paulo" e "Folha de São Paulo", bate palmas. Por 22 anos a medida prevalecerá. Só após a expulsão dos militares do poder as relações com Cuba voltam à normalidade.

(Carlos Pompe)



Tanques iugoslavos vigiam ruas em Kossova, que pleiteia o direito de ser República

Até os revisionistas criticam Tito na Iugoslávia

O 13º Congresso da Liga "Comunista" da Iugoslávia, encerrado domingo, dia 29, responsabilizou diretamente o ex-líder Josif Broz Tito, morto em 1980, pelos "graves problemas econômicos" do país. A dívida externa passa de 23,7 bilhões de dólares. A inflação anual é de 84%. De cada dez trabalhadores iugoslavos, um está desempregado e outro fora do país.

O anúncio de que as reformas de Tito estão sendo postas em questão pela própria direção da Liga dão uma dimensão da profundidade da crise. Quando morreu, há seis anos, o velho marechal Tito era venerado pelos círculos dirigentes. Grandes cartazes, no alto dos prédios, nos ônibus, bondes e estádios, proclamavam a promessa oficial: "Druze Tito, mi ti se kumeno" ("Companheiro Tito, não desviaremos do seu caminho").

Ocorre que o caminho de Tito deu resultados catastróficos. Libertada da ocupação nazista em 1944, pela guerrilha e o exército soviético, a Iugoslávia mal chegou a ensaiar transformações de tipo socialista. A direção de Tito logo entrou em choque com a URSS, dissolveu o Partido Comunista dentro da chamada Liga e adotou o sistema autogestionário (ver pág. 5), aparentado com as cooperativas capitalistas.

NAS MÃOS DO FMI

A crise que agora se manifesta com agudeza foi seqüência lógica dessa via. Ao longo de todo o período de Tito, especialmente na última fase, a economia iugoslava passou a manifestar todas as chagas típicas das nações capitalistas dependentes. O endividamento externo envolveu-a em suas malhas. E, como complicador suplementar, verificou-se uma desigualdade crescente entre as seis Repúblicas e duas Regiões Autônomas que formam o Estado iugoslavo. Na Eslovênia, a renda per capita chega a 6 mil dólares, enquanto a média do país é de 2.500 dólares e na atrasada Kossova, habitada por albaneses, fica em 850 dólares apenas.

Morto Tito, o sistema apresentado como "marxista criador" mostrou o que valia. Já no Congresso anterior da Liga, em junho de 1982, o dirigente Dragsavac admitia: "Temos elementos de crise na economia. Acho que levaremos dez anos para reestruturar nossa sociedade".

Porém em vez de se "reestruturar" a Iugoslávia foi se desestruturando de vez. No ano passado, a dívida externa alcançava 23,7 bilhões de dólares (uma dívida por habitante superior à brasileira) e o pagamento de juros subia a 5,9 bilhões de dólares anuais. Numa população ativa de 9 milhões, os desempregados somam milhão. E os trabalhadores albaneses sofrem ainda o drama da emigração - cerca de 820 mil são obrigados a deixar o país para ganharem seu pão, principalmente na Alemanha, enquanto outros migram dentro da própria Iugoslávia, deixando suas terras em busca de emprego nas Repúblicas mais privilegiadas. A taxa anual de inflação, que no 12º Congresso era de 40%, agora, no 13º, mais que dobrou.

Devido em parte a estes problemas e em parte à opressão e desigualdade nacionais reinantes, aumentaram as tensões dentro das Repúblicas, sobretudo em Kossova, onde uma sublevação de massa dos albaneses, que queriam transformar sua Província Autônoma em República, foi sufocada com saldo de mais de 300 mortos e milhares de prisões.

OUTRO CAMINHO?

A condenação aberta do "caminho de Tito", feita agora pelo atual presidente da Liga, Vidoja Yarkovic, não significa propriamente a escolha de outro caminho. As bases econômicas, nacionais e sociais da crise não são removidas.

Preende-se apenas uma "maior centralização" - o que, nas condições iugoslavias, é sinônimo de maior supremacia servo-croata no gozo de privilégios econômicos e no controle dos demais povos iugoslavos. Em consequência, tendem a aumentar as manifestações de descontentamento - inclusive as greves, fenômeno característico do capitalismo que se manifesta hoje com frequência na Iugoslávia "autogestionária".

Banditismo dos EUA condenado pela ONU

A Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas (Tribunal de Haia), depois de nove meses de estudos, concluiu que os Estados Unidos violaram as leis internacionais com sua política de agressão ao governo e ao povo nicaraguense. Julgou também que o governo ianque deve pagar uma indenização à Nicarágua pelos graves danos provocados ao país.

TRAFICANTES

A decisão do Tribunal de Haia evidencia que o governo norte-americano é "delincente e fora da lei", conforme ressaltou o presidente nicaraguense, Daniel Ortega. Reagan, por seu turno, alardeia que não vai respeitar as deliberações da Corte Internacional da ONU e dá seguidas mostras de que pretende manter a conduta delincente na região. Depois de muitas pressões e chantagens, conseguiu que o Congresso aprovasse uma nova verba

de 100 milhões de dólares destinada aos contrarrevolucionários nicaraguenses.

O embaixador da Nicarágua no Brasil, Jorge Jenkins Milieri, visitou vários Estados do Nordeste na semana passada com a finalidade de explicar a situação política em seu país e obter apoio contra as investidas do governo Reagan. Em Sergipe, onde foi recebido pelo governador João Alves Filho (que mostrou simpatia pela causa do povo nicaraguense, defendeu o direito à autodeterminação dos povos, à soberania nacional e a paz na América Central), Jorge Molieri concedeu uma entrevista à Tribuna Operária classificando o novo empréstimo dos EUA aos contra como "mais uma agressão do imperialismo americano ao nosso povo". Pediu que os brasileiros intensifiquem a solidariedade ao seu país, denunciando as agressões ianques e o banditismo dos "contra". Conforme o embaixador



Embaixador da Nicarágua recebe o apoio de João Alves

nicaraguense, os contrarrevolucionários são gente da pior espécie. "São inclusive traficantes de entorpecentes", enfatizou. "Todos eles defendem o que há de mais reacionário, o retorno aos tempos de Somoza e do domínio do imperialismo norte-americano".

- Suas ações são criminosas. Promovem massacres contra camponeses civis indefesos. Praticam a tortura, o estupro, queimam as plantações. É este tipo de gente que é financiada pela

CIA e vem tentando derrubar o governo nicaraguense.

Sobre o fechamento do jornal "La Prensa", ele disse: "O 'La Prensa', no que pese este estardalhaço todo incentivado pelo governo Reagan, é um jornal que vinha sendo financiado diretamente pela Embaixada dos EUA. Sempre se colocou a serviço da CIA e dos contrarrevolucionários, tendo uma posição contra os interesses do povo, da revolução sandinista e do progresso de nossa sociedade".

Mais um crime sionista vem à tona em Israel

Nova crise no governo de Israel. Um jornal publicou fotos revelando o assassinato, a sangue frio, de palestinos pelo serviço secreto israelense, Shin Bet. O crime ocorreu em 12 de abril de 1984, mas só na semana passada veio à público a verdade dos fatos. Em abril de 1984 um grupo de palestinos seqüestrou um ônibus em Ashkelon. Os agentes do Shin Bet foram acionados para reprimir o ato, e conseguiram aprisionar os seqüestradores. Mas depois torturaram-nos e fuzilaram-nos. Na época, foi simulado um tiroteio e noticiado que os palestinos morreram na refrega. No entanto um jornalista fotografou a execução dos presos políticos, e na semana passada as fotos foram publicadas.

Ao mesmo tempo foi revelada a participação direta do chefe do Shin Bet, Abraham Shalom, na matança. O ato criminoso foi anistiado pelo

então presidente Chaim Herzog em acordo com o primeiro-ministro Ytzhak Shamir. Agora o presidente Shimon Peres, do Partido Trabalhista, está sendo encostado na parede inclusive por seus próprios colegas de agremiação. É que Shamir continua no governo, devido à coligação do PT com os partidos da direita sionista. E setores trabalhistas pretendem que os envolvidos no assassinato dos palestinos sejam punidos. Shimon Peres, na defensiva, afirmou que deu "toda a proteção necessária, dentro do marco da lei, à instituição da qual sou responsável, apesar de os eventos não terem acontecido durante meu período de governo". Só que a oposição não quer que os criminosos tenham a "proteção necessária", e sim uma punição exemplar, que coíba os constantes crimes dos sionistas contra o povo palestino e a comunidade árabe no Oriente Médio.

Reunião nacional do PC do B lança propostas para a Assembléia Constituinte: "Precisamos repensar o Brasil"

A substituição do presidencialismo por "um governo de co-responsabilidade do Executivo e Legislativo"; a "reforma profunda" do Congresso Nacional, com garantia de representação operária e camponesa e extinção do Senado; capítulos especiais sobre direitos da mulher e soberania nacional - são algumas das propostas que o PC do B levará à Constituinte.

As propostas foram examinadas numa reunião nacional que concluiu-se quinta-feira, dia 4, no plenário Teotônio Vilela, da Assembléia Legislativa de São Paulo. Durante três dias de discussão intensa (das 9 às 22 hs), a direção nacional do PC do B debateu-as juntamente com membros dos Diretórios Regionais, parlamentares do partido e convidados filiados a outras legendas.

Segundo afirmou o presidente do PC do B, João Amazonas, ao abrir a reunião, "estas propostas dão um norte ao partido na batalha que está se travando em torno da Constituinte". Para Amazonas, "há muitas batalhas, mas algumas jogam um papel estratégico". Ele citou como exemplo a luta pela Anistia, em 1979, e as jornadas pelo fim da ditadura, que assumiram a forma das campanhas pelas diretas-já e a eleição de Tancredo Neves, em 1984, concluindo: "Agora, estamos diante de uma terceira batalha estratégica, que é a da Assembléia Nacional Constituinte".

O PC do B encara a Constituinte "como uma necessidade de repensar o Brasil às vésperas do século XXI" e dá ênfase especial à tarefa de "enfrentar a questão do Estado brasileiro, alterar seu sentido elitista, oligárquico e reacionário". Entretanto, as

Em vez da supercentralização, governo de co-responsabilidade entre Executivo e Legislativo

Para o PC do B, o sistema que concentra praticamente todos os poderes no presidente da República deve ser abolido, pois, desde que foi adotado, em 1891, serviu às oligarquias, reforçou o poder pessoal, possibilitou o aparecimento de crises e a instauração de governos despóticos.

Embora as constituições brasileiras falem em poderes "harmônicos e independentes entre si", o presidencialismo faz do Legislativo um poder menor e deixa o Judiciário numa completa dependência. "O presidente da República do Brasil tem mais poder do que qualquer rei no mundo de hoje", argumentou Amazonas, para mostrar essa centralização.

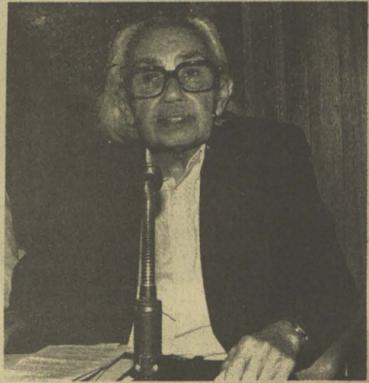
Como alternativa para o presidencialismo, e também para o parlamentarismo clássico, o PC do B defende "um governo de co-responsabilidade, levando em conta certos

Congresso sem Senado e com uma bancada classista que garanta a presença operária e camponesa

A reunião aprovou a tese de extinção do Senado e criação de um Parlamento de tipo unicameral - a exemplo de Portugal, Suécia e outros países. O Senado, cuja função real tem sido apenas servir de contrapeso reacionário à Câmara dos Deputados, é uma excrescência. Sua abolição ajudará a agilizar e democratizar o funcionamento do Legislativo.

O PC do B propõe ainda medidas visando coibir a influência do poder econômico, liquidar os "currais eleitorais" e corrigir a flagrante desigualdade que existe hoje entre as bancadas estaduais, prejudicando a representação dos Estados mais populosos na Câmara Federal. Prevê, ainda, fórmulas para garantir que o Congresso trabalhe de fato, revertendo o esvaziamento atual e as delongas na tramitação de projetos de lei.

Uma proposta particularmente inovadora, a criação de uma representação classista do



Na abertura da reunião, Amazonas ressalta "batalha estratégica"

teses apresentadas se detêm igualmente nas questões da soberania nacional, da reforma agrária, dos problemas urbanos e outras. Um bloco de propostas refere-se especificamente aos direitos sociais dos trabalhadores, como a liberdade de organização sindical e de criar Comissões de Empresa. É sugerido um capítulo especial na Constituição contemplando os direitos da mulher.

As propostas do PC do B para a Constituinte "não se confundem com propostas socialistas", já que estas pressupõem uma revolução social e a mudança das classes no poder. "Nossas propostas afirmam João Amazonas - se dirigem contra a ordem reacionária vigente no Brasil".

fatores da sociedade brasileira e também a experiência de outros povos". De acordo com a proposta, a hipertrofia do Executivo cederia lugar a uma partilha equitativa de poderes entre Executivo e Legislativo. O presidente seria eleito por voto direto, conforme a tradição brasileira e a vontade manifesta do povo, com mandato de quatro anos. Porém haveria um primeiro-ministro, com funções de chefe de governo, indicado pelo presidente mas aprovado pelo Congresso Nacional.

Ao primeiro-ministro caberia a formação do Conselho de Ministros, cuja escolha seria submetida igualmente ao Congresso. O partido defende que não haja ministérios corporativos. No lugar dos atuais Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica seria criado um Ministério da Defesa, cujo titular poderia ser militar ou civil.

operariado e do campesinato no Congresso, foi saudada em várias intervenções. Partindo da evidência de que os operários e camponeses constituem a maioria da população, porém sua presença no Legislativo é nula ou insignificante, os comunistas defendem a eleição, em cada Estado, de um operário e um camponês, por votação direta e secreta, entre candidatos a serem indicados no âmbito do movimento sindical.

Comentando este ponto, Amazonas considerou que "é uma inovação de uma importância enorme". E agregou: "A voz das classes mais numerosas da sociedade tem que estar presente no Congresso. E estudando este assunto nós verificamos que não há outro meio exceto a bancada classista. É a forma mais direta que encontramos, revolucionária em certa medida, democrática e correta. Isto traria um componente novo à composição do Parlamento.



Forças Armadas devem defender a pátria; quando quebram a ordem constitucional, é crime

A reunião se deteve na análise dos preceitos constitucionais sobre as Forças Armadas, dada a penosa experiência recente do país nessa área. Conforme o relato feito por Haroldo Lima, líder da bancada do PC do B na Câmara Federal, "ao cabo de quase cem anos de experiência republicana, as Forças Armadas praticaram 19 intervenções na vida política rompendo a ordem constitucional do país. Começaram a se situar como uma corporação à margem dos mecanismos institucionais de poder, praticando também a espionagem e privilegiando o combate ao 'inimigo interno', o povo".

O partido examinou como o papel das Forças Armadas foi mudando nas Constituições de 1891, 1934, 1946, 1967 e 1969, dando lugar ao conceito reacionário de "segurança nacional" e atribuindo-lhes a "defesa da lei e da ordem" - que tem servido como suposto suporte legal para golpes. Observou também como o

caráter "essencialmente obediente" da corporação militar, explicitado na Carta de 1824, foi diluído, tornando-se cada vez mais autônoma, um poder paralelo que submete a nação.

O partido defende que a nova Constituição designe como função das Forças Armadas a defesa militar da pátria contra a agressão externa. Frisa que elas são obedientes ao governo e à autoridade suprema do presidente da República - considerando crime a desobediência ao poder constituído. Veda às Forças Armadas a interferência na vida política do país, as conspirações e golpes, as ações de caráter policial, atribuindo-lhes funções rigorosamente apartidárias e profissionais.

Haroldo Lima enfatizou a importância singular deste ponto. "Vamos travar uma batalha grande nesta questão - previu - e não avançaremos se não conseguirmos incorporar o movimento popular e democrático".

Confisco das terras griladas e desapropriação dos latifúndios são hoje exigências imperiosas

Sobre a questão agrária, a reunião defendeu um tratamento bastante detalhado pela Constituinte. Segundo Ronald Freitas, da Executiva Nacional do PC do B, que expôs este tópico, "uma Constituição que seja muito geral pode servir de simples guarda-chuva para as classes dominantes".

Depois de expor os fatos e os números da crise agrária brasileira, o partido se propôs a defender na Constituinte uma reforma agrária que extingua, progressiva e ininterruptamente, a grande propriedade latifundiária. Estabelece um critério diferenciado para a definição dos latifúndios, conforme a região do país. E propõe que esta extinção se dê através de três mecanismos: o confisco das terras griladas ou com títulos ilegais; a desapropriação imediata de todas as áreas não exploradas ou mal exploradas pelo latifúndio; e a desapropriação progressiva das grandes propriedades

latifundiárias em geral.

Para evitar a jogada que faz atualmente com que as desapropriações possam ser excelentes negócios para os latifundiários, propõe-se que o pagamento das terras desapropriadas seja em títulos da dívida agrária resgatáveis em 30 anos, pelo valor médio declarado para fins de tributação nos últimos cinco anos.

Ao comentar o problema agrário, Freitas observou que "ele vai paulatinamente deixando de ser um problema de propaganda, de debates teóricos e passando a ser uma questão política imediata, uma exigência imperiosa". Ressaltou que "até hoje as classes dominantes conseguiram postergar qualquer solução para ele", mas a Constituinte precisa enfrentá-lo, "ou não teremos alternativa para o desenvolvimento econômico e para o desenvolvimento político e democrático do Brasil".

Editais de convocação

O Partido Comunista do Brasil de São Paulo - PC do B - através do presidente da Comissão Regional Provisória do Estado, na forma da legislação vigente, convoca os membros da Comissão Diretora Regional Provisória, o deputado federal e o deputado estadual com domicílio eleitoral neste Estado e um membro de cada Comissão Diretora Municipal Provisória, ou a estas equivalentes, para a Convenção Regional a realizar-se no próximo dia 13 de julho, das 9 às 17 horas, no prédio da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no Plenário Juscelino Kubitschek, Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Parque do Ibirapuera, para deliberação da seguinte ordem do dia: 1 - Aliança ou coligação eleitoral com partidos políticos para eleição de governador, vice-governador e senador; 2 - Escolha da lista de candidatos a deputado federal e a deputado estadual.

Carro-chefe da campanha

Outra questão discutida foi a participação do Partido Comunista do Brasil na campanha eleitoral. Foi visto que, diferentemente do pleito de 1982, onde o carro chefe da campanha era a candidatura aos governos estaduais, agora o assunto principal é a luta pela Constituinte.

Rogério Lustosa abriu a discussão e frisou que a batalha será disputadíssima. "Os empresários" - disse ele - "pretendem participar com uma bancada própria e fazem caixinhas para financiar seus candidatos; os latifundiários da UDR têm a mesma pretensão e já estão fazendo leilões de boi com esta finalidade e para lutar contra a reforma agrária. O capital estrangeiro também prepara os seus porta-vozes e tem em particular o controle de grandes meios de comunicação, como a TV, como arma de grande poder". Ele acrescentou que o grande problema nesta situação é mobilizar e unir o povo. As massas trabalhadoras ainda estão participando de forma limitada deste processo e existem muitos grupos interessados em dividi-las e afastá-las das questões fundamentais em debate.

Os debatedores mostraram a variedade de situações em cada Estado. Em alguns o PC do B sai coligado com o PMDB; em outros faz apenas aliança ao nível dos candidatos majoritários e lança chapa própria para



PC do B em campanha: disputa intensa

deputados federais e estaduais; em outros lança nomes para estadual e apóia candidatos filiados em outras legendas para federal ou vice-versa. "O interesse é sempre de manter a mais ampla unidade, firmar a legenda comunista e impulsionar o movimento progressista" - disse Rogério Lustosa.

Dyneas Aguiar falou especificamente sobre a preparação das fileiras comunistas para a luta eleitoral. Ele disse que "a questão chave é evidentemente a orientação política ampla aprovada. Mas a liderança e a penetração de massas de cada candidato também representa fator de enorme importância. Embora o candidato tenha a obrigação de tomar o máximo de iniciativas, é essencial para uma boa campanha a mobilização do partido em conjunto - direções e bases -, atuando organizadamente".

Um capítulo novo, especial, na próxima Constituição; é para defender a soberania nacional

As propostas sobre a defesa da soberania nacional, expostas pelo deputado Aldo Arantes, devem, segundo o PC do B, constar em um capítulo novo, específico, da Constituição a ser elaborada.

Aldo Arantes assinalou que razões de ordem interna e externa reclamam um tratamento desta ordem. Internamente, desde o golpe militar de 1964, houve "um processo de penetração profunda do capital estrangeiro no Brasil", sobretudo através do mecanismo do endividamento, levando à violação da soberania nacional "cujos fatos mais graves foram os acordos com o FMI e os bancos estrangeiros, em particular o chamado Projeto 2 de 1983". Na esfera internacional, acentuou-se o

domínio do mundo por um punhado de países, que se valem da pressão econômica, da agressão militar e da invasão cultural para subordinar outras nações, mesmo que formalmente independentes.

Neste item o PC do B propõe que conste, na Constituição, que o Brasil, como nação soberana, não admite nenhum tipo de ingerência externa em sua economia, política, orientação e produção cultural. Veda o estabelecimento de bases militares estrangeiras em território nacional, a alienação das riquezas naturais brasileiras, a contratação de empréstimos usuários no exterior, a aquisição de terras no país por investidores estrangeiros, o monopólio de setores vitais da economia por firmas não brasileiras.



Luciano (de paletó escuro) conversa com os camelôs na Prefeitura de Recife; uma cena que se repete

Campanha de Luciano tem cheiro de povo

Reuniões, debates, visitas, presença nas lutas do povo. São estas as características da campanha do deputado estadual Luciano Siqueira, candidato a uma vaga na Constituinte pelo bloco popular do PMDB de Pernambuco e com o apoio do PC do B. O objetivo da campanha nesta fase inicial é consolidar a candidatura em novas áreas.

Eleito deputado estadual em 1982, o médico Luciano Siqueira teve uma atividade parlamentar destacada pela presença na luta do povo. Fiel aos compromissos assumidos na campanha eleitoral, Luciano tem sido uma voz corajosa e firme na denúncia da violência, da corrupção e dos desmandos administrativos. O líder do PFL na Assembléia chegou a chamá-lo de "deputado das greves".

Como presidente da Comissão de Saúde da Casa Joaquim Nabuco ele tem envidado esforços para entrosar o Poder Legislativo e a sociedade civil. Foi um dos principais responsáveis pela realização do I Encontro de Saúde no Estado, que contou com a participação de mais de 500 pessoas.

A plataforma de luta que Luciano defenderá na Constituinte baseia-se em 12 questões: democratização plena do país; defesa da soberania nacional; reforma agrária anti-latifundiária; garantia dos direitos sociais; reforma urbana; reforma tributária; ensino público e gratuito para todos; direito à saúde; contra a discriminação da mulher; combate à discriminação racial; defesa do meio ambiente e relações internacionais.

PROGRAMA POLÍTICO

Preocupado em eleger candidatos populares também à Assembléia Legislativa, Luciano tem feito dobradinha com candidatos comprometidos com os interesses populares, como Renildo Calheiros, ex-presidente da UNE, Jorge

Gomes, ex-secretário de Saúde de Caruaru; Lúcio Monteiro, ex-secretário de Transportes e Obras do Cabo; José Audísio, professor da Universidade Federal de Pernambuco e ativista do movimento de docentes.

O comitê geral da campanha de Luciano Siqueira vem se estruturando para responder à luta eleitoral. Já criou um comitê político e comissões de propaganda, de finanças e de mobilização (que servirão de elo de ligação com todos os comitês espalhados pela região). Conta ainda com uma comissão para trabalhar com as cidades e vilas do interior, uma comissão para organizar o dia das eleições com boca de urna, transporte, fiscalização. E uma assessoria de imprensa visando articular a campanha. O comitê funciona na rua do Sossego, 53. Todas as sextas-feiras têm reunião para debater a plataforma do candidato e planejar todos os passos da campanha. (Jair Pereira, da sucursal)

A base do PMDB gaúcho não se alia com o PDS

Ficou mais que claro que a proposta de coligação do PMDB com o PDS para a disputa das eleições a governador no Rio Grande do Sul não conta mesmo com a menor simpatia das bases peemedebistas. Pelo contrário. Na última terça-feira, durante uma recepção a Ulysses Guimarães em Porto Alegre, vários integrantes do partido vinculados aos setores populares (especialmente os membros dos movimentos Feminino, Jovem e Negro) promoveram uma manifestação contra a hipótese de aliança PMDB/PDS e gritaram slogans como "O povo não esquece, não ao PDS" e "O povo não esquece o que fez o PDS".

Também a Comissão Executiva do PMDB no Estado, por maioria de votos, tomou posição contra a coligação com o PDS. Ainda assim, a questão deverá ser levada à convenção do partido por setores que insistem em celebrar este tipo de acordo. Há um forte movimento organizado por peemedebistas contra a idéia e a expectativa predominante é a de que ela venha a ser rejeitada se submetida à convenção.

O objetivo principal dos que pretendem forjar a coligação com os pedessistas é livrar a cara do ex-líder do governo Figueiredo, Néelson Marchezan, cuja candidatura ao governo gaúcho pelo PDS está a cada dia mais desmoralizada e inviável. Ninguém mais aposta que Marchezan tenha chances de vencer o pleito, por menores que sejam. Até mesmo ele, conforme se comenta nas rodas políticas, já perdeu as esperanças (se é que as teve) e busca apenas negociar uma saída honrosa. A aliança com o PMDB, embora possa corresponder aos interesses de Marchezan, descaracterizaria a campanha peemedebista e conduziria o partido no sentido de tomar posições conservadoras e mesmo reacionárias. Por isto mesmo, sofre uma firme resistência das bases.



Mesmo sem precisar, o país terá de importar alimentos dos EUA

As humilhantes condições de crédito do BIRD

O governo brasileiro comprometeu-se a efetuar uma compra de produtos agrícolas norte-americanos no valor de 680 milhões de dólares para obter um empréstimo de 500 milhões de dólares do Banco Mundial (BIRD), destinado à agricultura.

Esta vinculação, acertada por carta enviada por nossas autoridades econômicas ao senador republicano Peter Wilson, da Califórnia, foi cuidadosamente ocultada. Não chegou a ser admitida oficialmente, mas a informação vazou para a imprensa e não foi desmentida. A tentativa de manter o sigilo funcionou mais como uma confissão envergonhada do caráter pouco digno do negócio, indiscutivelmente prejudicial aos interesses da nação.

O episódio evidencia, em primeiro lugar, o rigoroso controle que o imperialismo ianque mantém sobre órgãos internacionais como o BIRD, aparentemente neutros e alheios às contradições de interesses entre as nações. Cabe lembrar que, com a crescente desmoralização

do FMI, o BIRD passou a ser contado, inclusive entre os países dependentes, como uma espécie de reserva moral da chamada ordem econômica mundial. Este papel foi levantado com insistência, especialmente pelo senhor Dilson Funaro, durante a reunião conjunta FMI-BIRD realizada em Seul no ano passado. Fez-se grande esforço para apresentar a instituição até como amiga dos países pobres, uma contrapartida ao FMI, este irremediavelmente desgastado - um símbolo de falência.

Como se vê, a máscara não demorou a cair. Outra coisa que este negócio patenteia é a humilhante dependência econômica que nos é imposta pela dívida externa - e que este governo infelizmente não tem coragem de enfrentar com soberania. Com efeito, só de juros pagamos anualmente aos agiotes internacionais mais de 10 bilhões de dólares. E nossas autoridades dobram os joelhos e negociam a dignidade nacional por menos de um décimo, que julgam indispensável (ao modelo dependente, obviamente).

Pistoleiro que atirou em Galdino tenta confundir o caso

O vereador de Araguaína, Edmundo Galdino, qualificou de "armadilha hedionda para confundir a opinião pública" a declaração do pistoleiro que tentou matá-lo de que o vereador teria participado do assassinato do ex-prefeito de Araguaína e teria também tramado a morte do prefeito de Wandellândia.

Pouco mais de um ano após a tentativa de assassinato sofrida pelo vereador Edmundo Galdino, finalmente o pistoleiro que o alvejou com quatro tiros deixando-o paraplégico foi preso. Edmundo disse que agora é necessária a prisão dos outros pistoleiros e dos outros mandantes para que se chegue à total apuração dos fatos.

No último dia 2, ao comparecer ao Departamento de Polícia Judiciária para acareação, Edmundo esteve frente a frente com o pistoleiro João Rosa, vulgo "João Preto", preso no dia 25 de junho. Durante a acareação conduzida pelo delegado especial Carlos Fernandes, João Preto disse que antes do atentado que praticara, nunca tinha visto Edmundo. Mostrando total frieza, afirmou que fez sozinho o "serviço" e por tal receberia, após a morte de Edmundo, 20 mil cruzados do senhor Cleunizar de Souza Lima, filho do ex-prefeito de Araguaína, João Souza Lima.

PROTEÇÃO DE POLÍTICOS

Edmundo disse acreditar que "o pistoleiro só não foi preso muito antes porque estava protegido por políticos poderosos e fazendeiros". Ele está convicto de que existem outros envolvidos no atentado, como o próprio "Assis Micharia" preso em Araguaína no último dia 28 e que está sendo recambiado para Goiânia para prestar depoimentos.

Referindo-se às posteriores declarações do pistoleiro, tentando envolvê-lo em assassinatos de políticos, Galdino afirmou que "tudo isso alimenta mais ainda nossa con-



Edmundo Galdino ficou paraplégico mas não abandonou a luta

Galdino responde

"Como vítima do atentado que me fez paraplético, saúdo a prisão do pistoleiro Bastou a decisão de prendê-lo para que o pistoleiro fosse encontrado. Isso prova que a polícia e a justiça já o conheciam.

"Tenho convicções de que o pistoleiro estava protegido por poderosos políticos e fazendeiros. As declarações do pistoleiro contra mim não têm nenhum fundamento. Trata-se de uma hedionda armadilha para confundir a opinião pública. O assassinato do ex-prefeito já foi objeto de julgamento e o indiciado já foi absolvido. Não faz parte da minha prá-

vicção de que esses homens foram treinados e orientados pelos mandantes mais poderosos do conluio".

Edmundo recorda que "inicialmente a apuração do atentado que sofreu foi tratado com descaso. Somente depois que fiz reiteradas denúncias e exigências é que o caso foi tratado com mais seriedade.

"A verdade é que o caso só andou depois da substituição do ex-secretário de Segurança, deputado José Freire. Após

tica política ação desta natureza.

"Meu compromisso é com o povo pobre, os trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária. E essa é a razão fundamental da tentativa de assassinato contra mim.

"É evidente que estas declarações foram orientadas pelos mandantes, a fim de protegê-los. O pistoleiro deve, inclusive, ter recebido promessa de boa defesa.

"No meu direito de vítima exijo a prisão dos outros pistoleiros e dos mandantes, bem como a total apuração dos fatos" (Edmundo Galdino da Silva, vereador)

isso, somente em três dias foi possível chegar à autoria material do atentado". O vereador agrega: "A prisão preventiva pedida para os assassinos até hoje não foi decretada pelo juiz de Araguaína, João Batista Castro Neto. Agora que o caso está mais próximo da solução é necessário das autoridades de Goiás mais seriedade e rigor nas apurações, pois só assim conseguiremos chegar à prisão dos outros pistoleiros e mandantes". (da sucursal)



Jamil Murad: sustentação consciente

Sindicalistas de São Paulo apóiam Jamil

O médico Jamil Murad, candidato a deputado estadual (PC do B-SP), reuniu uma centena de sindicalistas no sábado dia 28, para uma feijoada em apoio à sua candidatura. Diretor do Sindicato dos Médicos e secretário geral da CGT paulista, Jamil Murad tem no movimento sindical uma das bases de sua campanha. Compareceram, entre outros, dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Derivados de Petróleo, Borracheiros, Purificação, Metroviários, Aeroviários, Médicos, Telefônicos, Trabalhadores em Editoras e de associações de funcionários.

O candidato destacou como sua campanha segue no sentido inverso à daquelas que se apóiam no poder econômico. Enquanto um sindicalista como José de Fátima adere a Paulo Salim Maluf, vendendo seu apoio aos donos do dinheiro, Jamil busca a sustentação modesta mas consciente dos trabalhadores para financiar sua campanha. Cada participante da feijoada contribuiu com Cz\$100,00 para ajudar a eleger o sindicalista, comprometido em realizar "um mandato a serviço do povo e a serviço do movimento sindical".

A feijoada foi servida num restaurante popular da avenida Liberdade - o "1.012". E o proprietário do estabelecimento, entusiasmado com o espírito de luta dos presentes, já pediu material de campanha. Ele também deseja trabalhar para conduzir Jamil Murad à Assembléia Legislativa.

Muda representação dos Estados no Congresso Nacional

A representação política na Câmara Federal e as bancadas legislativas de dez Estados brasileiros foram alteradas em decorrência do aumento da população brasileira verificada nos últimos cinco anos - de 20 milhões de habitantes.

O crescimento se processou de forma desigual entre as diversas regiões do país. Por isto, alguns Estados aumentaram o número de representantes ao Con-

gresso e de deputados estaduais que terão direito de eleger neste ano, enquanto com outros ocorreu o contrário.

As modificações determinadas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE - no contexto das regras que discriminam o eleitorado dos grandes Estados, estão no quadro abaixo (inclusive a representação de Brasília, conquistada após o advento da Nova República).

Estados	Câmara dos Deputados		Assembléia Legislativa			
	1982	1986	Diferença	1982	1986	Diferença
Acre	8	8	-	24	24	-
Alagoas	8	9	1	24	27	3
Amapá	4	4	-	-	-	-
Amazonas	8	8	-	24	24	-
Bahia	39	39	-	63	63	-
Ceará	22	22	-	46	46	-
Distrito Federal	-	-	-	8	8	-
Espírito Santo	9	10	1	27	30	3
Goiás	16	17	1	40	41	1
Maranhão	17	18	1	41	42	1
Mato Grosso	8	8	-	24	24	-
Mato G. do Sul	8	8	-	24	24	-
Minas Gerais	54	53	-1	78	77	-1
Pará	15	17	2	39	41	2
Paraíba	12	12	-	36	36	-
Paraná	34	30	-4	58	54	-4
Pernambuco	26	25	-1	50	49	-1
Piauí	9	10	1	27	30	3
Rio de Janeiro	46	46	-	70	70	-
Rio G. do Norte	8	8	-	24	24	-
Rio G. do Sul	32	31	-1	56	55	-1
Roraima	8	8	-	24	24	-
Roraima	4	4	-	-	-	-
Santa Catarina	16	16	-	40	40	-
São Paulo	60	60	-	84	84	-
Sergipe	8	8	-	24	24	-

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Consequências da traição

Acaba de realizar-se o Congresso da chamada Liga dos Comunistas da Iugoslávia, organização revisionista criada por Tito, quando rompeu com as concepções marxistas-leninistas. O Congresso não faz autocrítica das falsas concepções de "autogestão" que implantou no país, mas afirma que alguns "excessos" levaram à criação de sentimentos nacionalistas.

VIA ANTISOCIALISTA

Os revisionistas iugoslavos há muito vivem atolados nas crises capitalistas. Desde que afastaram-se do socialismo em 1948, não conseguem promover o bem-estar das massas. Já em 1967, para safarem-se das dificuldades, criticaram também os excessos de Rankovich, que fazia parte do governo e da direção da Liga, trataram de liquidá-lo e prometeram mudanças para melhor. Agora, 20 anos depois, buscam outro bode expiatório para as calamidades. Mas não alteram os rumos centrais de traição ao proletariado e permanecem no caminho da "autogestão".

O alicerce básico da via autogestionária consiste em liquidar a propriedade estatal socialista e passar a sua administração a grupos de trabalhadores que supostamente teriam condições para dirigir as empresas. Na verdade o que se faz é restabelecer a propriedade privada, que passa a ser dirigida por uma nova classe burguesa composta pelos burocratas e altos funcionários.

Desde 1948, Tito rompeu com o movimento comunista internacional atacando a teoria científica e proletária do Estado socialista. Apresentava-se então como um "marxista razoável", que se opunha aos "inflexíveis" e aceitava por isto mesmo a colaboração de "todas as correntes". Na prática isto significava ceder às pressões nacionalistas das diversas Repúblicas que compõem a Federação Iugoslava e caminhar para a via da restauração capitalista.

CENTRALISMO SOCIALISTA

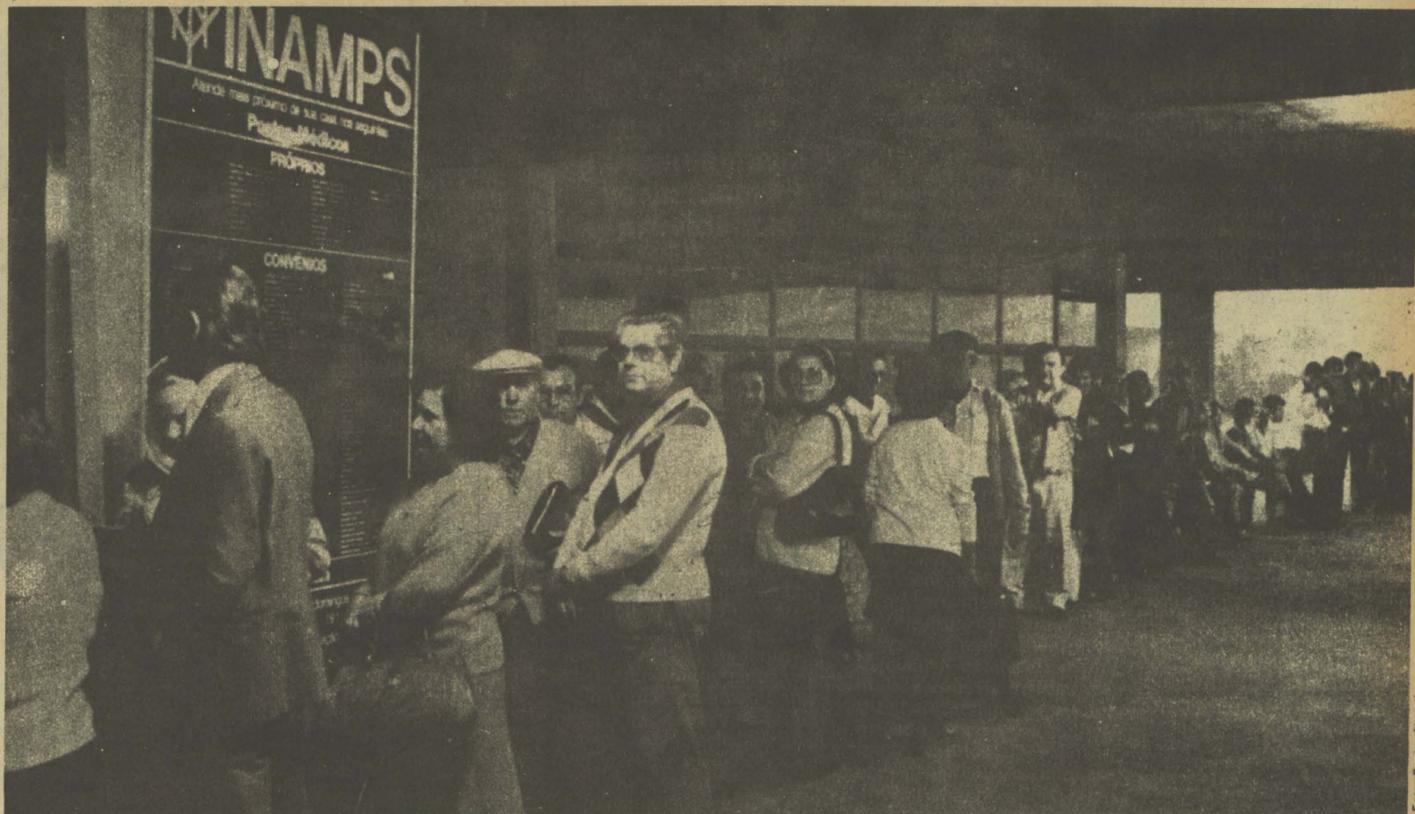
No socialismo os operários apropriam-se dos meios de produção e os dirigem através do Estado. Combinam o máximo de centralização estatal com a iniciativa criadora das massas trabalhadoras e das direções locais. Mas o poder centralizado permanece nas mãos do Estado proletário. A suposta administração direta de grupos de operários não passa de uma maneira de dividir a classe operária e de obrigar os diversos destacamentos assim formados a competirem entre si, sob direção de uma aristocracia que vai compor a nova classe dominante.

Marx e Engels já diziam que o "proletariado se valerá de seu domínio para ir arrancando gradualmente da burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado". Esta é a única maneira de construir de fato o socialismo e de assegurar a direção da classe operária na construção da nova sociedade.

As bases para o nacionalismo não estão portanto em "excessos" cometidos. A própria "autogestão" implica na divisão e na competição, criando as condições para o crescimento do nacionalismo.

HISTÓRIA ANTIGA

Já na década de 20, criticando certas concepções pequeno-burguesas nascidas no interior do Partido Bolchevique, Lênin afirmava que "toda ação de legalizar, em forma direta ou indireta, a propriedade dos operários ou de profissões isoladas sobre sua produção (...) é uma grande tergiversação dos princípios fundamentais do Poder Soviético e a renúncia completa do socialismo". Desta forma, se os trabalhadores iugoslavos quiserem se ver livres do nacionalismo burguês, terão em primeiro lugar de livrar-se da atual camarilha dominante, liquidar com a via capitalista da autogestão e construir o socialismo. (Rogério Lustosa)



Filas no Inamps - privilégio para a rede particular prejudica o atendimento da população

Quem paga e quem lucra com a previdência social no Brasil?

A política previdenciária e de assistência médica prestada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) passa por grandes alterações. Uma das mais significativas é a tentativa de ampliar a cobertura de assistência médica a toda a população, através de convênios que as prefeituras, secretarias estaduais de saúde, hospitais universitários vêm assinando com o Ministério. Esta universalização da assistência médica é uma medida desejada e um direito de todo cidadão. Mas quem vai pagar por esses serviços?

Com os convênios, parte do orçamento do Inamps é repassado para as instituições municipais, estaduais e universitárias. Espera-se que estas unam seus recursos e criem, em cada município, a "rede" básica de saúde, à qual todo cidadão, previdenciário ou não, tenha acesso.

Além disso, o governo aboliu a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, corrigindo uma injustiça há muito vigente. O Inamps estendeu, também, o direito à consulta médica em seus postos a qualquer cidadão, seja ou não previdenciário, embora exclua a internação hospitalar e exames complementares. Os trabalhadores rurais também passaram a ter direito aos benefícios e assistência médica de que gozam os trabalhadores urbanos. Foi criada uma comissão de "alto nível" cujo objetivo é sugerir mudanças na Previdência Social. Fala-se que os trabalhadores que recebem o salário mínimo ficarão isentos da contribuição previdenciária.

Estas medidas têm sido possíveis, em grande parte, graças aos superávits obtidos pela Previdência Social atualmente. A partir do advento da Nova República, foram tomadas medidas para equilibrar as finanças da instituição - inclusive o combate às fraudes. Cada quadrilha desbaratada significa milhões de cruzados economizados.

Outro fator que contribui para este superávit é o reaquecimento da economia. Em consequência, o desemprego tem diminuído e a contribuição previdenciária aumentado. A ligeira reposição salarial experimentada após a posse do novo governo também fez com que a arrecadação aumentasse.

O ministro da Previdência, Raphael de A. Magalhães, entusiasmado, chegou a falar em ampliar a assistência fornecida pelo órgão aos menores carentes e excepcionais, abrangidos pelos programas da LBA e Funabem.

Porém cabe a pergunta: a política previdenciária repousa em bases sólidas, que tornam o sistema viável? Procuraremos responder à pergunta restringindo-nos às questões referentes à assistência médica e à saúde,

deixando de lado a política previdenciária, que envolve a concessão de benefícios.

Como se sabe, uma das grandes diretrizes dos governos pós-64 foi o fortalecimento da iniciativa privada, inclusive no campo da previdência social. O setor privado da saúde desenvolveu-se basicamente com a criação de antigo INPS, em 1966, e a partir do momento em que este mudou sua política. Antes, a orientação era de o próprio órgão construir seus hospitais, laboratórios, contratar pessoal. Depois, passou a comprar esses serviços junto à iniciativa privada. O setor de saúde privada desenvolveu-se, mas ficou dependente do próprio INPS. Devido aos custos elevados da assistência médica e à pobreza generalizada da população, não há movimento particular suficiente para manter esses serviços. Em 1984, por exemplo, o setor privado absorveu cerca de 70% dos gastos do Inamps com assistência médica; 90% das internações ocorrem em hospitais particulares e 60% dos exames foram realizados em laboratórios privados.

Rede hospitalar do Inamps deve ser ampliada e melhorada

A maneira como o Inamps paga o setor privado explica as fraudes e ao mesmo tempo permite-nos concluir que elas são inevitáveis. O instituto vale-se do "pagamento por procedimento" ou "produção". Uma cirurgia de apendicite é um procedimento (ou produção), uma cirurgia de úlcera é outro. O preço pago por um exame de urina é diferente do pago por um exame de sangue. O hospital ou laboratório apresenta ao Inamps uma fatura de sua produção e recebe de acordo com esses procedimentos, conforme tabela. Ocorre que muitos estabelecimentos simplesmente alteram em suas faturas o procedimento realmente realizado por outro fictício, mas de preço maior. Isso além de serviços prestados a pacientes que há muito já faleceram etc.

É difícil apurar se certos "procedimentos" foram de fato realizados ou não. Destaque-se que essa forma de pagamento foi feita justa-

mente para que o setor privado tivesse lucros e acumulasse capital de maneira indiscriminada. Isto levou à chamada "mercantilização da medicina", onde o doente é uma mercadoria que se pretende vender no mercado pelo melhor preço. Este sistema de pagamento existe também nos EUA e Argentina, com os mesmos inconvenientes registrados no Brasil.

Os empresários e a União sonham verbas para a previdência

Mudanças sérias na assistência à saúde não podem ignorar este tipo de remuneração. O MPAS propõe agora, como alternativa aos hospitais, principalmente aos beneficiários e filantropos, o chamado "convênio global". Existem alterações em relação aos convênios em vigência. A mais importante é a que institui um tipo de conselho comunitário que, de certo modo, fiscalizará as contas dos hospitais. O pagamento continuará tendo por base a produção, mas acredita-se que os abusos poderão ser melhor coibidos pelos conselhos que terão como integrantes, entre outros, membros da sociedade civil.

Quais as medidas possíveis para acabar com a baixa qualidade dos serviços oferecidos, com as fraudes, com a mercantilização da medicina e com a ociosidade dos serviços próprios do Inamps - estimada em 60%?

Um grande passo seria a ampliação da rede hospitalar do Inamps, seus ambulatórios, laboratórios, médicos etc. Na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CSN), realizada recentemente, foi proposta a estatização progressiva do sistema de saúde. A briga promete. O setor privado retirou-se da conferência e convocou, por conta própria, um "Congresso Nacional de Saúde das entidades não governamentais" para agosto, em São Paulo.

O próprio governo não está interessado em estatizar o setor. O ministro Raphael de A. Magalhães, para acalmar os donos de hospitais e laboratórios, afirmou: "A proposta de estatização do sistema de saúde, feita pelo 8ª CSN, é um falso debate"...

Outra questão importante diz respeito ao valor pago pelo Inamps aos serviços médicos. Uma consulta, por exemplo, vale Cr\$ 21,00. O próprio Inamps reconheceu que paga mal e criou uma comissão para estudar o assunto. Enquanto a comissão não dá seu parecer, o contribuinte continua prejudicado. Há o descredenciamento em massa (é o que vem acontecendo com os anesthesiologistas, por exemplo. Em pelo menos oito Estados este descredenciamento já ocorreu), e o contribuinte tem que pagar diretamente ao profissional. E há também profissionais que, por receberem pouco do Inamps, cobram "por fora" do previdenciário.

Ao fazer esse tipo de cobrança os médicos procuram corrigir uma injustiça da qual são vítimas. Mas, parece-nos, de maneira incorreta. Eles deveriam entender-se com o Inamps, e não procurar resolver a questão por onde não pode haver resistências, pois o doente, para salvar sua vida, dará o que tem e o que não tem. Na prática, os médicos passam a ser vistos pela população como exploradores, criando-se um falso antagonismo. Isso interessa à direção previdenciária, pois está jogando um ponto falho de sua estrutura para ser resolvido na periferia do sistema, mantendo intacta a sua respeitabilidade. A questão deixa de ser Inamps x previdenciário para ser médico x previdenciário.

Vejam alguma coisa sobre o financiamento do sistema. É conhecida a fórmula: o assalariado financia, o Estado gerencia e o setor privado se beneficia, acumulando capital. De acordo com a lei, o financiamento do sistema previdenciário deveria provir dos assalariados, dos empregadores e da União. As duas primeiras fontes contribuiriam em partes iguais e à União caberia o pagamento dos gastos com pessoal e despesas administrativas.

Trabalhadores organizados para fazer valer seus interesses

Trabalhadores organizados para fazer valer seus interesses

A contribuição do assalariado - imposto, de fato - é deduzida de seu salário, e ele não tem como deixar de contribuir. Já as empresas privadas, estatais, prefeituras, autarquias, costumam sonegar escandalosamente suas contribuições. Uma lista divulgando os maiores devedores da Previdência apontou, entre os 11 contribuintes que encabeçam a relação, dez empresas privadas. As empresas não pagam, e tudo fica por isso mesmo. A União também raramente arca com os gastos administrativos e de pessoal - sendo um dos grandes devedores do sistema previdenciário.

Assim, a universalização da assistência médica está sendo feita às custas dos previdenciários - que assumem o financiamento do sistema - não contribuindo para a previdência.

Caberia à União resolver este impasse, aumentando sua contribuição ao sistema e buscando novas formas de financiamento nas quais, entre outras medidas, sejam onerados os grandes ganhos de capital. E fato corrente que é o rico quem menos paga imposto no Brasil.

A política de saúde do governo não repousa em bases sólidas

No capitalismo, os interesses da burguesia prevalecem sobre os públicos, em detrimento da maioria da população. E são os capitalistas ou seus representantes que estão no poder. Além disso os empresários criam um forte lobby para atuar rapidamente junto a qualquer ministério, à Presidência da República, ao Congresso Nacional, à grande imprensa, onde for necessário aos seus interesses.

Por isso a população, os profissionais liberais e todos os interessados em mudanças terão, através de suas entidades representativas, de forjar sua própria união e força, para que seus reclamos sejam levados em conta. Em termos de política previdenciária, acreditamos que os pontos a seguir merecem ampla discussão:

1 - Fortalecimento do setor previdenciário estatal e dos serviços públicos em geral;

2 - Mudanças no financiamento da assistência médica, com dotação orçamentária específica (até hoje não existe), destinando a contribuição previdenciária apenas à concessão de benefícios. Taxação progressiva do capital e suspensão do pagamento da dívida externa apresentam-se como duas alternativas viáveis a serem utilizadas pelo Estado para suprir os novos gastos;

3 - Punição drástica dos fraudadores. Apesar do escarcéu feito quando se descobre uma fraude, raramente alguém é condenado;

4 - Punição drástica das empresas e outras instituições que sonegam suas contribuições;

5 - Pagamento do setor de saúde privado através de "convênios globais" que, em tese, levam a uma redução do valor de compra dos serviços prestados e dificultam as fraudes, embora não as eliminem;

6 - Participação dos usuários na formulação da política de saúde e no controle de sua execução, em todos os níveis do sistema (central, regional e local) e em todas as instituições prestadoras de serviços, sejam públicas ou privadas. (Nilton Toranzo)

DE OLHO NO LANCE

Que neutralidade?

Multiplicam-se as ameaças do imperialismo americano para tentar quebrar a reserva de mercado da informática para as indústrias nacionais. Quer a todo custo implantar o domínio das multinacionais neste terreno que é hoje de valor estratégico.

O governo tem resistido. Mas apresenta sintomas de vacilação. Agora, para discutir este assunto, ficou marcada uma reunião entre o ministro Abreu Sodré, das Relações Exteriores, e o secretário de Estado dos EUA, George Schultz. Para garantir o caráter neutro da reunião, ela foi marcada para Paris. Mas surpreendentemente, o local onde se realizará o encontro será a embaixada dos Estados Unidos na França.

Desta forma as coisas se complicam. Primeiro que não existe neutralidade nenhuma. Depois fica a suspeita de que se procurou ludibriar a opinião pública.

Todas as personalidades democráticas, dirigentes de entidades de trabalhadores, especialmente as ligadas à área de informática, todos os parlamentares patriotas, só podem repudiar tal reunião, e exigir que sejam de fato respeitados os direitos do Brasil, sem capitular às pressões do imperialismo ianque.

Clima de estado de sítio em Bocaiúva

Tentativa de assassinato, pressões contra operários, uma cidade praticamente em estado de sítio. Foi o que aconteceu em Bocaiúva, Norte de Minas. Os patrões da Brasmag e da Metalur Mecânica valeram-se de todos expedientes para impedir a organização e luta dos operários em defesa de condições dignas de trabalho.

Tudo começou com o registro da associação pré-sindical dos metalúrgicos, no dia 11 de junho. Dia 15 foi realizada uma assembleia dos operários, para incentivar a participação na entidade. No dia seguinte, os trabalhadores que falaram na assembleia tiveram seus cartões de ponto retirados da chancelaria na Brasmag e na Metalur.

Fra dia do jogo do Brasil com a Polônia, e as empresas aproveitaram para intimidar membros da associação - Robson Rafael, Diobaldo Pereira, José Antônio Ribeiro, Antônio Augusto Prates, Waldir Humberto, Joaquim Nicéas, Delson José de Oliveira, Osvaldo Borges, Ney Flávio e Gildásio Leal. Alguns foram levados para a Brasmag, outros para a Metalur. Guardas de segurança, armados, formavam um corredor polonês por onde os operários tiveram que passar para entrar nas empresas. O superintendente da Brasmag, Fernando França, ameaçou de morte os operários.

Dois dirigentes sindicais foram levados até ao superintendente da Metalur, Frederico Malta. O empresário chegou a dar um tiro em Gildásio Leal, mas o vigilante José Socorro conseguiu desviar a arma. Malta partiu, então, para a agressão física contra o operário. Os trabalhadores deram queixa na Delegacia de Polícia de Bocaiúva. Estranhamente, no dia seguinte, o delegado disse desconhecer o caso...

SOLIDARIEDADE

No dia 17 os acontecimentos da véspera foram divulgados entre os operários, que entraram em greve nas duas fábricas. Reivindicavam a reintegração imediata dos diretores da associação nas empresas e o afastamento de Frederico Malta da superintendência.

Depois, em assembleia, incluíram entre suas reivindicações: maior segurança no trabalho, restaurante nas empresas, salário por função - e não por classificação - aumento de 70% nos salários e piso de C/S 3 mil, além da não intervenção na associação da categoria e ambulância na porta da Brasmag para atender os acidentados (há cerca de uma morte por mês na empresa).

Aí sim, a Polícia Militar foi acionada. Logicamente, para defender os interesses da burguesia. Ônibus, viaturas e jipes foram buscar os operários em casa. No dia 18 o gerente da Brasmag, Rômulo Gouveia, agrediu Joaquim Nicéas, diretor da associação dos operários.

Nesse mesmo dia chegou o presidente da empresa, Ricardo Vicentim, que estava nos Estados Unidos. Reuniu-se com os chefes, engenheiros e alguns operários da empresa, prometendo 14% salário, 10% de aumento e uma ração de arroz, óleo, carne e feijão por mês para os fura-greves. Um possante trio-elétrico percorreu as ruas de Bocaiúva dizendo que a fábrica funcionava normalmente e atacando os grevistas. A imprensa da região foi contratada para defender o sagrado direito dos patrões (seus anunciantes) explorarem os empregados.

ESTADO DE SÍTIO

No dia 19 foi realizada uma rodada de negociações entre os operários e os burgueses na Câmara Municipal, mas nada avançou. Em protesto contra as arbitrariedades patronais, 500 pessoas realizaram passeata no dia seguinte - a primeira da história da cidade.

No dia 22 os metalúrgicos decidiram, em assembleia, voltar ao trabalho. Mas mesmo isso não arrefeceu a ira dos

patrões. Operários foram barcados e submetidos a uma triagem nas portarias das empresas, e 150 foram demitidos sob a alegação de justa causa!!!

A polícia, por seu turno, criou um verdadeiro "estado de sítio" na cidade. Policiais se espalharam pelas ruas e proibiram até que duas pessoas caminhassem juntas, como se isso fosse crime... Tanto a Brasmag quanto a Metalur abriram inquérito policial contra 21 grevistas e pessoas que os apoiaram. Os burgueses ainda se deram ao trabalho de mandar distribuir 5 mil cópias do malfadado inquérito pela cidade.

A situação só foi amenizada com a chegada de uma delegação de Belo Horizonte com assessores da Secretaria do Trabalho, Federação dos Metalúrgicos, CGT e de vereadores de Montes Claros.

OPERÁRIOS EM PERIGO

A Brasmag - Cia. Brasileira de Magnésio - é a única fábrica de magnésio metálico da América do Sul. Emprega cerca de 1.300 operários e teve um crescimento de 200% em um ano e meio. Os acidentes de trabalho são constantes e diários. A produção de magnésio ainda não é completamente dominada pela empresa. Há explosões diárias nos filtros de sódio. Até mesmo a distribuição da energia elétrica não obedece aos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Há também outras irregularidades na empresa, como os descontos do Imposto Sindical que às vezes é feito até três vezes no mesmo ano! Tem ainda um seguro que é descontado em folha de pagamento dos trabalhadores, mas ninguém nunca viu uma apólice do dito cujo.

A Metalur Mecânica Ltda. produz utensílios de consumo para a Brasmag. É, na verdade, ligada a essa empresa. Tem cerca de 600 operários, sem contar aquelas que trabalham nas empreiteiras. (da sucursal)



A greve dos cortadores de cana de Santa Helena teve êxito

Canavieiros goianos conquistam vitórias

Na segunda-feira, dia 30 de junho, os cortadores de cana do Sudoeste goiano fecharam acordo com o patronato conquistando suas principais reivindicações. A vitória deveu-se em grande parte à greve de quatro dias dos cortadores da Usina Santa Helena, que mobilizou cerca de mil lavradores. Temendo o alastramento da greve por toda a área canavieira, que mobilizaria de 15 a 20 mil cortadores de cana, os patrões preferiram ceder.

Na segunda-feira represen-

tantes da Fetaeg e dos sindicatos dos trabalhadores rurais do Sudoeste goiano chegaram a um acordo. Os patrões concordaram em manter o delegado sindical, transporte seguro para os trabalhadores, garantia de água potável no local de trabalho e o fim dos "gatos" (intermediários que contratam os trabalhadores e recebem uma parte de seus salários).

O impasse que levou à deflagração da greve foi o preço da cana cortada. O acordo satisfaz os trabalhadores. A greve da

Usina Santa Helena beneficiou todos os trabalhadores da área canavieira. Os patrões só cedem com a greve. Antes do acordo duas conversações não resolveram o impasse. Divino Goulart, presidente da Fetaeg, considerou o acordo importante "porque manteve as conquistas do ano passado. Além disso as mulheres conquistaram o direito de não trabalhar durante o período de menstruação desde que apresentem atestado médico, recebendo salário".

Usinas param pela primeira vez em Mogi-Guaçu, SP

Os cortadores de cana da região de Mogi-Guaçu e Araras realizaram a primeira paralisação de sua história. No dia 30 de junho a greve atingiu cerca de 7 mil trabalhadores, espalhando-se por cidades como Mogi-Guaçu (que liderou o movimento), Conchal, Aguai, Araras, Itapira, Leme, Itacemópolis. Os cortadores de cana destas cidades são os que trabalham para o Grupo Omete, que possui uma usina de álcool Nova Louzã em Mogi e outra em Araras.

A principal reivindicação dos trabalhadores é a mudança da forma de pagamento, que atualmente é feito por peso de metro cortado. Assim o cortador sabe quanto cortou e quanto irá receber e o patrão tem mais dificuldade de enganá-lo.

Esta reivindicação é tão justa e tão sentida pelos trabalhadores que após algumas reuniões em bairros com os cortadores promovidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogi-Guaçu os lavradores ini-

ciaram uma greve espontânea no dia 23 de junho, que se espalhou.

No dia 30 de junho, na assembleia dos cortadores de Mogi-Guaçu, os trabalhadores contaram com o apoio de Jamil Murad, representante da CGT, que desde o início do movimento esteve ao lado dos grevistas. Eles também contaram com o apoio de algumas entidades locais e de políticos como o vereador Denis Carvalho, do PC do Brasil.

UBES: nova diretoria toma posse

A nova diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, tomou posse no dia 27 de junho, na Casa do Estudante de São Paulo. Cerca de 300 secundaristas compareceram ao ato.

Estiveram presentes diversos representantes de grêmios livres, inclusive de outros Estados, como Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais. Compuseram a mesa o representante da União da Juventude Socialista, Apolinário Rebelo, a presidenta eleita da UNE, Gisela Mendonça, o representante da Juventude Revolucionária 8 de Outubro e outros representantes de entidades estudantis e de jovens.

Também estiveram presentes o presidente da Confederação Nacional de Associação de Moradores, João Bosco; o presidente da CGT de São Paulo, Osvaldo Ribeiro; representantes de partidos políticos e Cláudia Baena, pelo Ministério de



Rovilson (no microfone), novo presidente da UBES

Educação.

A ex-presidenta da entidade, Selma de Oliveira, abriu o ato passando depois a palavra para o presidente eleito, Rovilson Brito. A representante do MEC afirmou que o governo deverá lançar neste mês o Conselho Nacional da Juventude, composto de representantes

do governo e dos jovens, para debater e realizar programas permanentes para atender às necessidades da juventude. Após os oradores, que destacaram a responsabilidade da nova diretoria de organizar os secundaristas, foi apresentado um belíssimo show com o grupo Raíces de America.

Servidores da Educação têm acordo

Depois de quatro dias de greve, os 43 mil funcionários da rede estadual de educação de São Paulo decidiram retornar ao trabalho, em assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos, dia 27 de junho. Eles reivindicam a incorporação do abono de C/S 714,12, aprovado pela Assembleia Legislativa, e mais

seis referências sobre o salário com o abono incorporado. Isto corresponde a 30% de reajuste salarial. Os grevistas também querem 10% de adicional noturno, a exemplo do que foi dado aos professores, e dez dias de recesso em julho.

Uma comissão dos funcioná-

rios teve uma reunião com o secretário da Educação, José Aristodemo Pinotti, que se comprometeu a conceder os dez dias de recesso em julho e interceder junto ao governador Franco Montoro a favor dos servidores. O secretário também garantiu que não descontará dos funcionários os dias parados.

Diante destas propostas os grevistas decidiram retornar ao trabalho. Ficou acertado um encontro da Associação dos Funcionários e Servidores do Quadro da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Afuse) com o governador Montoro, onde será debatida a pauta de reivindicações. A entidade pretende aguardar uma resposta do governador até 31 de julho e não se descarta uma nova paralisação após este prazo. Calcula-se que 70% dos funcionários aderiram ao movimento, atingindo a maioria das 5 mil escolas do Estado.

Abdala escapa da reforma agrária

O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, recebeu no último dia 30 uma comissão de apoio à reforma agrária da região de Araçatuba, São Paulo, acompanhada pelo deputado federal Aurélio Peres (PC do B). A delegação queria saber do ministro por que o decreto de desapropriação de terras não incluiu a Fazenda São José, do distrito de Brejo Alegre, município de Coroados.

A fazenda é disputada com o grileiro J.J. Abdala, e os camponeses querem a intervenção do ministro no caso. Há também problemas na Fazenda Mato Grosso, em Buritama, de onde foram expulsas 33 das 39 famílias de posseiros que lá residiam a 15 anos.

A área da fazenda atinge aproximadamente 5 mil alqueires de terra, mas sua documentação refere-se somente a 800 alqueires, conforme certidão do Cartório de Registros de Buritama.

A delegação que foi conversar com o ministro era integrada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçatuba, Aparecido Guilherme de Moraes, e representantes dos acampados de Brejo Alegre. No dia 17 de julho completam-se 14 meses de



Aurélio apóia a comissão camponesa de Araçatuba

acampamento.

Os arrendatários e o vereador Roberto Néas Carvalho (PC do B de Buritama, candidato à Constituinte) afirmaram ter sido muito importante a ida da delegação a Brasília, pois o decreto de desapropriação da

Fazenda São José, que se pensava estar no Palácio do Planalto, na verdade estava com o ministro Dante de Oliveira. Apesar de não conhecer detalhes do caso, o ministro comprometeu-se a dar uma resposta à comissão em 15 dias.

Moradores defendem Centreville

As mais de 500 famílias do Conjunto Habitacional Centreville, em Santo André, ABC paulista, continuam apreensivas ante a ameaça de despejo decretada por ordem do juiz da 7ª Vara Cível do município. A Associação dos Moradores do Centreville encaminhou uma procuração ao judiciário pedindo um prazo maior até que o governo se pronuncie a

respeito da desapropriação da área, pedida por ela. Isto sendo feito, cada família poderia negociar a compra da moradia diretamente com o Estado.

A empresa falida Nova Urbe quer os imóveis desocupados para que seja feita a avaliação dos mesmos. Os ocupantes se recusam a sair e para isso têm feito assembleias diárias e tentado diálogo com as autorida-

des. No próximo dia 10, uma comissão de seis pessoas irá a Brasília encontrar-se com o ministro do Desenvolvimento Urbano, quando entregará a ele as suas propostas de negociação para a compra dos móveis. Os moradores esperam ter uma resposta satisfatória das autoridades antes de 16 de julho, data em que se comemoram quatro anos da ocupação do Conjunto.



Funcionários realizam ato em frente à Secretaria da Educação



Os grevistas da Baixada Santista reivindicam reajuste de 25%

PCB e PT vaiados por operários em Santos

Os operários da construção civil da Baixada Santista estão em greve há mais de vinte dias. Eles reivindicam aumento real de 25%. Grande parte das empreiteiras de mão-de-obra da Companhia Siderúrgica Paulista (a Cosipa) está completamente parada, totalizando 12 mil operários em luta.

Na última assembleia da categoria, lideranças ligadas ao PT e ao PCB foram estrondosamente vaiadas pelos operários por proporem o retorno ao trabalho em troca do pagamento dos dias parados e de 3% de reajustes (a nível de produtividade) oferecidos pelos patrões. "O fim da luta, neste momento, é a subordinação aos interesses dos patrões", afirmou Pedro Faria Lima, da Comissão de Negociação, que foi muito aplaudido ao

defender a ampliação do movimento e a decretação de uma greve geral da categoria.

Embora alguns diretores de base do sindicato concordem que a generalização do movimento é a melhor forma de obter a vitória da categoria, a diretoria da entidade vacila e prefere manter a greve por empresa, o que dificulta as conquistas trabalhistas. Mas os trabalhadores continuam firmes na luta.

A única empreiteira fora da área da Cosipa empreendeu forte pressão contra os operários, o que resultou no retorno ao trabalho depois de 48 horas de greve. Houve grande chantagem policial e os trabalhadores que estavam à frente do movimento foram demitidos pela empresa dia 25. (da sucursal)

Trabalhadores exigem 60% de reposição em Goiânia

Revoltados com as condições de vida e de trabalho a que são submetidos, os trabalhadores da construção civil e do mobiliário de Goiânia decidiram deflagrar greve por tempo indeterminado. Suas principais reivindicações são: 60% de reposição salarial, jornada de trabalho de 40 horas semanais, estabilidade no emprego e 100% de pagamento sobre as horas extras.

As paralisações têm se dado através de "piquetes", muitos com a participação de até 400 trabalhadores. A greve teve início no dia 23 de junho. Está contando com a participação massiva da categoria, apesar da posição da diretoria do sindicato, que tem demonstrado um total desprezo pela luta dos trabalhadores. As assembleias estão sendo realizadas na rua, fora da entidade, porque os diretores não abrem a sede para os trabalhadores. Somente depois de uma semana de greve a diretoria do sindicato resolveu reconhecer a pauta de reivindicações dos trabalhadores e dar início às negociações com os patrões.

EXPLORAÇÃO

Em Goiânia, não obstante a carência de dados oficiais, calcula-se que o número de trabalhadores na construção civil e no mobiliário deve ultrapassar a faixa de 20 mil. A grande maioria ganha pouco mais que um salário mínimo. A sede de lucros das empreiteiras faz com que a segurança no trabalho seja mínima, causando morte e mutilações constantes de tra-

balhadores em acidentes. A úlcera e gastrite são doenças comuns na categoria, em função da alimentação fria e das más condições de trabalho.

Em face dessa situação e do descompromisso do sindicato com a luta dos trabalhadores, só restou à categoria cruzar os braços e exigir melhores condições de vida e trabalho. A pressão foi exercida duplamente, forçando os diretores do sindicato a assumirem as lutas e, em seguida, fazendo com que os patrões sentassem à mesa para negociar as reivindicações.

A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) divulgou nota de apoio ao movimento. Afirma que "esta luta não restringe-se apenas a uma categoria, mas coloca-se em primeiro plano na luta e mobilização dos trabalhadores brasileiros que não aceitam passivamente a continuidade da política de arrocho salarial, fruto do predomínio no governo das concepções de que o povo trabalhador é quem deve continuar suportando os custos do combate à inflação".

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) também se solidarizou com a greve e divulgou nota, assinada pelo vereador Euler Ivo e por Tião da Paz, que integram a comissão sindical do partido, onde considera que "as reivindicações dos trabalhadores são justas e a greve a arma de que dispõem para que sejam atendidas. É a demonstração de força da união da categoria". (Francisco Messias, da sucursal)

Portuário prepara greve geral

Os portuários estão mobilizados a nível nacional para uma greve geral de 24 horas no próximo dia 7, por melhores salários e condições de trabalho. Até o momento, já foram realizadas três tentativas de negociação com a Portobrás, que insiste em não atender as reivindicações fundamentais para os trabalhadores do porto.

Entre outras coisas, eles exigem reposição salarial de 28,2%, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, complementação das aposentadorias, reajuste automático sempre que a inflação atingir 5%, gratificação de férias igual à remuneração do mês, estabilidade no emprego e adicional de periculosidade em todos os portos.

SALÁRIOS BAIXOS

No porto de Santos (o maior da América Latina) cerca de 4 mil portuários participaram no dia 27 de junho da assembleia preparatória da greve. Os líderes sindicais e aposentados lembraram que o congelamento só afetou os salários e que os preços não estão assegurados aos níveis da tabela. Os trabalhadores estão dis-

postos a lutar até a vitória.

Benedito Furtado, presidente do Sindicato da Administração do Porto, assegura que, neste momento, é impossível voltar atrás. "Sem que os empresários atendam às reivindicações dos trabalhadores não temos condições de fechar acordo". A paralisação tem sobretudo a finalidade de advertir a Portobrás. Luiz Carlos da Luz, membro da Comissão de Mobilização (e também candidato a deputado estadual pelo PC do B), afirma que a disposição de luta dos trabalhadores é grande.

"O pacote econômico - disse - congelou os salários, mas nota-se uma falta de pulso do governo para garantir o congelamento dos preços dos produtos básicos. O governo, portanto, tem dois pesos e duas medidas. Só favorece às classes dominantes do país. Somente com a luta decidida dos trabalhadores é que poderemos alcançar as nossas justas aspirações. O importante é que percebemos em todos os portuários uma grande disposição de lutar até a vitória". (da sucursal)

Voto será uma arma dos metalúrgicos de Niterói

Daqui a duas semanas ocorrerão as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (RJ). O pleito se reveste de grande significado. Além da batalha político-sindical em jogo, também se definirá o rumo da entidade de classe de um importante setor do proletariado brasileiro, que nos últimos anos vem sendo marginalizado.

O grosso da categoria metalúrgica de Niterói trabalha nos estaleiros, na construção de grandes navios. Há alguns anos atrás esse ramo da indústria era considerado um setor de ponta da economia nacional. Mas com a recessão, no início da década de 80, ele foi depreciado, teve grande queda nas vendas e o parque industrial ficou na ociosidade.

Os operários foram e ainda são as principais vítimas da recessão econômica imposta pelos generais a



Edson de Souza, da chapa 2, na luta contra o desemprego

mando do FMI. Em 1980 a categoria tinha mais de 17 mil trabalhadores na base; atualmente são menos de 8 mil operários nos estaleiros. Além disso, houve uma vertiginosa queda salarial e aumentou o serviço das empreiteiras, que pagam menos e acentuaram a exploração dos operários.

Segundo o operário José Antunes, o conhecido Mineiro, que trabalha no estaleiro Mauá e é integrante da Chapa 2, de oposição à atual diretoria do sindicato, "o desemprego continua sendo a principal chaga da nossa categoria". Ele comenta que, principalmente a partir do Plano Cruzado, houve uma certa retomada da indústria naval. "Mas esse crescimento ainda não se refletiu no aumento do número de vagas. Até agora poucas pessoas foram admitidas".

CHAGA DO DESEMPREGO

Sérgio Monteiro, outro jovem operário do Mauá e membro da Chapa 2, lembra que o desemprego marcou muito a categoria. "As demissões em massa ocorridas nos estaleiros traumatizaram o pessoal", afirma Sérgio. Mas ele faz questão de explicar que a categoria nunca baixou a cabeça diante da ganância dos patrões e da nefasta política econômica do regime militar. Cita como exemplo a recente luta dos trabalhadores do estaleiro Emaq, com greves e caravanas a Brasília, que conseguiu barrar a dispensa de centenas de operários. Outra demonstração dessa combatividade foi a greve no Mauá, em abril do ano passado, que evitou a

demissão de 500 operários da empresa.

JOGO DA DIVISÃO

Outro problema sério que a categoria enfrenta é o da divisão nas negociações imposta pelos patrões. Estes organizaram três sindicatos: Sinaval (da construção naval), Simerj (dos metalúrgicos das pequenas e médias firmas), e Sindirena (das oficinas e concessionárias). Cada uma dessas entidades patronais joga na divisão dos trabalhadores. Elas sempre negociam em separado e, quando cedem às reivindicações, fazem questão de fixar pisos salariais e reajustes diferenciados.

Mais recentemente a categoria também tem sido vítima de um outro flagrante desrespeito aos seus direitos. Os grandes estaleiros têm contratado os serviços de inúmeras empreiteiras. Estas pagam menos, não respeitam a jornada de trabalho e roubam nas horas extras. Segundo Edson de Souza, candidato a secretário geral pela chapa oposicionista, "atualmente o subemprego de mão-de-obra tem sido uma norma das grandes empresas. A Mac Laren, por exemplo, chegou a fundar uma empreiteira e a contratar os seus próprios serviços só para desrespeitar a jornada de trabalho. Enquanto o pessoal contratado pelo estaleiro trabalha 44 horas, o da empreiteira é obrigado a trabalhar 48 horas".

Adelino Carlos, encabeçador da chapa 2 e membro da Comissão de Base dos operários do Mauá, acrescenta que as principais lideranças sindicais da categoria estão preocupadas também com a vertiginosa queda salarial no setor. "Através da ação das empreiteiras e da grande rotatividade que os estaleiros promovem, nos últimos anos houve uma visível queda no poder aquisitivo dos metalúrgicos de Niterói. Os poucos operários admitidos recentemente recebem bem abaixo da média da categoria".

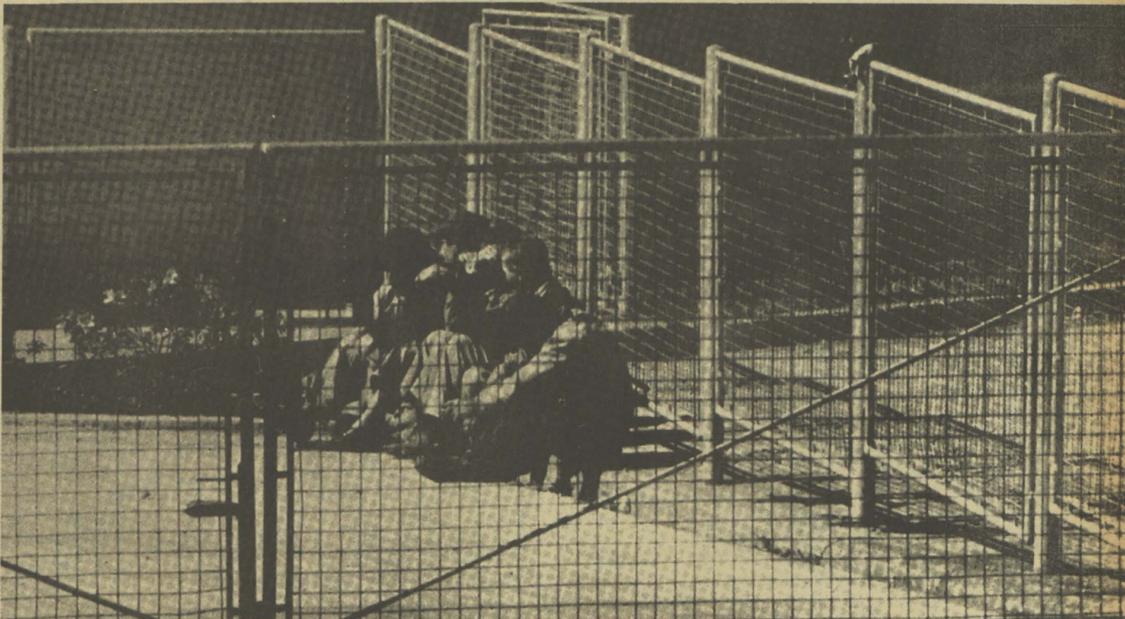
Malandragem confirmada

Na edição da semana passada, a Tribuna Operária publicou a denúncia de operários dos estaleiros de que Abdias dos Santos, atual presidente do sindicato e candidato à reeleição, estava manipulando a lista de metalúrgicos em condições de votar. Na manhã de quinta-feira, dia 3, os fatos confirmavam a malandragem eleitoral de Abdias (que também é tesoureiro da CUT nacional).

A lista de eleitores divulgada pela diretoria está francamente manipulada. O número global caiu de 3.252 para 3.003 metalúrgicos e os cortes atingem basicamente os redutos da chapa 2, deixando de fora grande número de operários. No Estaleiro Mauá, maior base da categoria, a redução foi de 1.730 para 1.671

No Setal, onde a chapa 2 tem 90% das preferências, a queda foi vertiginosa, de 176 para 81! Somando-se os aposentados, Enave, Diselmar e Macanave, onde a tendência é pró-chapa 2, "sumiram" 212 eleitores. Enquanto na Mac Laren, CEC, Rep-Ship e ML Anticorrosão, onde Abdias acredita ter mais votos, a queda é de apenas 44.

Os metalúrgicos de Niterói estão indignados com a tramóia. E pretendem garantir na Justiça o direito de votar, apresentando a carteira sindical e o contra-cheque que prova sua condição de eleitores. A disposição de enfrentar e vencer a malandragem nas urnas, renovando o sindicato, foi confirmada com a fulminante venda de mil convites para a festa da chapa 2, no sábado dia 5.



A fábrica ficou vazia e os patrões recuaram, concederam aumento e prometeram equiparação

Uma luta vitoriosa na Villares

Terminou no último dia 26, quinta-feira, a greve dos 4 mil operários da Villares, na Zona Sul da capital paulista. Na assembleia que decidiu pelo fim do movimento, os metalúrgicos comemoraram efusivamente os seus êxitos. A empresa, que num primeiro momento se recusou a negociar e depois ofereceu um mingaudo reajuste, teve que ceder 5% de aumento real em junho e mais 5% em julho. Além disso, ela se comprometeu a acelerar o processo de equiparação salarial dos funcionários.

Segundo os dirigentes sindicais da área, o resultado da paralisação foi comemorado com grande euforia pelos

trabalhadores. No interior da fábrica, o clima é de festa e união. Os sindicalistas também avaliam que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo saiu bastante fortalecido nesta importante empresa da capital. A entidade esteve o tempo todo à frente da paralisação, comandando os piquetes, realizando inúmeras e massivas assembleias na porta da fábrica.

Já a central petista, segundo opiniões dos diretores do sindicato, saiu desgastada do movimento. Ela, que possuía pequena influência na fábrica, foi vaiada e rechaçada pelos metalúrgicos grevistas. Num primeiro momento, os simpatizantes

da CUT foram contra a greve; depois caíram no imobilismo, no silêncio; e, por último, jogaram na derrota da greve, numa tentativa oportunista de desacreditar o sindicato.

RUMO AO CONGRESSO

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que iniciou na semana passada a campanha pelo aumento salarial-já, vive nesses dias um clima de grande agitação. Além da vitoriosa paralisação da Villares, a entidade deflagrou nessa semana mais 11 greves. No total, desde o início do ano, já são 85 paralisações, englobando cerca de 40 mil meta-

lúrgicos. Afora isso, várias empresas têm oferecido reajustes, temendo as greves. Segundo levantamento do sindicato, mais de 10 mil operários foram beneficiados com aumentos reais.

É nesse clima de grande mobilização que o sindicato prepara o 8º Congresso dos Metalúrgicos, que ocorrerá nos dias 1, 2 e 3 de agosto. Todas as sextas-feiras são feitas reuniões por fábrica nas subseções da entidade, discutindo as teses e elegendo os delegados. A previsão do sindicato é de que participem mais de mil congressistas. Nesse congresso será dada a largada para a campanha salarial de novembro.

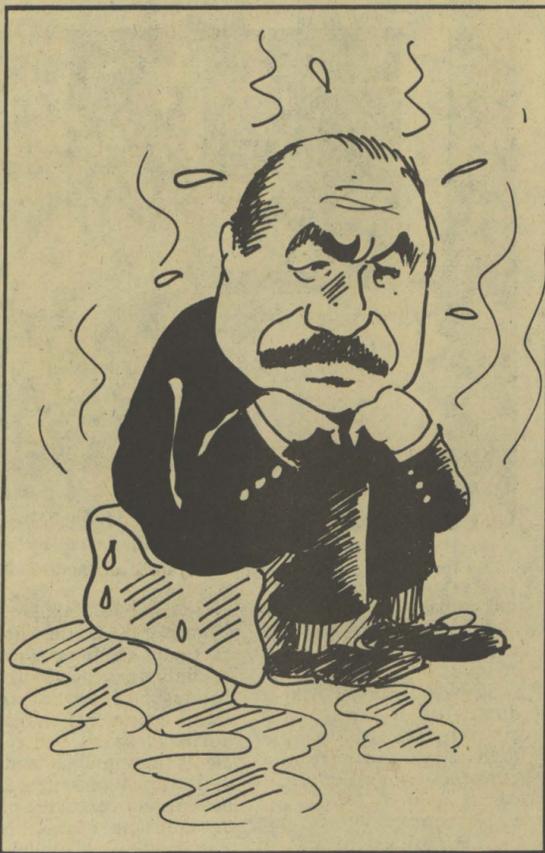
Não podemos permitir que os preços descongelem...

O Plano Cruzado começa a dar para trás. As forças que estavam na ofensiva estão recuando. Refiro-me aos liberais do PFL e do PMDB que estão se sentindo sem moral para enfrentar o boicote dos chamados produtores e empresários. Aqui em Gravataí, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) mantém um programa radiofônico às 7 horas da manhã na Gaúcha. É o horário dos executivos e da classe média se preparam para o trabalho. Enquanto tomam café ouvem rádio.

Nele contestam as medidas governamentais. Exploram as mínimas incoerências, torcem os fatos, as idéias etc., enquanto as lideranças liberais ficam estáticas, sem assunto.

Para o Plano Cruzado o governo contava com um mínimo de esforços das chamadas "classes produtoras" para dar ao país um pouco de soberania. Mas o patriotismo destes senhores está para o lucro substancial dos seus negócios. Congelamento beneficia a sociedade, mas para eles é impatriótico.

Os pecuaristas tomaram a iniciativa. Boicotaram o abastecimento de carne. Com isso, os calçadistas



anunciam possível desemprego no setor por falta de couro. Falta carne, leite, farinha, remédios... furo e mais furo no Plano Cruzado.

O consumidor, do entusiasmo da fiscalização, já não acredita que o governo saia desta. As lutas das entidades sindicais e de bairros se restringem ao economismo. Não colocam como ponto primordial as liberdades sindicais, de representação, de greve. É preciso também mais solidariedade entre as diversas categorias de trabalhadores.

Enquanto o PFL faz crítica velada ao presidente Sarney, orientando os produtores na pressão contra o congelamento, o PMDB cai na defensiva e no imobilismo.

Somente a conscientização das organizações e entidades, particularmente os sindicatos, em relação a este quadro político e ao comportamento das classes dominantes pode fazer surgir uma enérgica e vigorosa campanha para forçar o patronato a ceder e a aplicar a política da Nova República, com liberdade sindical e política, respeito à liberdade de organização, protesto, reivindicação e greve. A democracia veio e para ficar. Mas precisa ser implementada em todos os segmentos da sociedade brasileira. (S. V. - Gravataí, Rio Grande do Sul)

O Plano Cruzado, de congelamento dos preços, começa a derreter. É preciso que as entidades sindicais, de mulheres, populares, estudantis se organizem para garantir o Plano. Afinal, trata-se de uma medida governamental que favorece a população, principalmente a de baixa renda, apesar de ser limitada. Mas se a cada momento os empresários - produtores driblarem as listas da Sunab, vai ser muito difícil a população suportar, principalmente com os salários arrochados. A carta do leitor de Gravataí mostra muito bem que só o próprio povo organizado é capaz de responder aos empresários. (Olivia Rangel)



fala o POVO



Seminário debate a discriminação racial

Em 4 de maio, na Assembléia Legislativa de São Paulo, numa promoção do Partido Comunista do Brasil, com apoio do CEPS - Centro de Estudos Políticos e Sociais - e do deputado Benedito Cintra - líder do PC do B na Assembléia -, aconteceu o Seminário "Participação e Direitos do Negro". Tivemos durante cinco horas: apresentação de filmes; debates sobre o negro no mercado de trabalho; a mulher negra e a luta popular; a juventude negra e a cultura negra. Encerramos com a apresentação de afoxés pela percussionista Girley.

Aprovamos durante o Seminário o documento: "Contribuição ao Debate Sobre a Questão Racial no Brasil". Continuando as atividades foi formado o Grupo de Trabalho

Oswaldo Orlando da Costa - Oswaldão do Araguaia.

O grupo está se reunindo às quarta-feira, às 20 horas, na sede Regional do Partido Comunista do Brasil - rua Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade.

Convidamos a todos aqueles que queiram discutir a questão racial a comparecer em nossas reuniões. Avisamos a todos os grupos ou pessoas interessadas do Brasil inteiro que cópias do documento: "Contribuição ao Debate Sobre a Questão Racial no Brasil" podem ser solicitadas ao Grupo de Trabalho Oswaldo Orlando da Costa, pela Caixa Postal 2042 - CEP 01051 - São Paulo - São Paulo. (Gerald do Nascimento - Membro do GT Oswaldão do Araguaia - São Paulo)

Exército quer expulsar famílias em Tarauacá, Acre

Os problemas da terra em nosso país continuam se arrastando sem saída. Na Bahia, um fazendeiro, mesmo com suas terras já demarcadas, e desapropriadas pelo governo federal, mantém cercadas com mais de 50 jagunços, que impedem inclusive a entrada de funcionários do Incra. E o referido proprietário, ex-governador do PDS na Bahia, procura provocar um conflito jogando seus jagunços contra a PM incumbida de dar proteção aos funcionários do Incra. Um absurdo, verdadeira subversão da lei.

A famigerada União Democrática Ruralista tenta a ferro e fogo definir as regras do jogo da implantação da reforma agrária assassinando lideranças sindicais e religiosas, caluniando, como recentemente fez em nosso próprio Estado atacando a figura do bispo D. Moacyr Greschi, ou fazendo seus leilões de gado que tanto servem para a compra de armas quanto para o financiamento de seus 60 constituintes.

Um país, que de 500 milhões de hectares de terra agricultável mal usa 80 milhões, não pode permitir-se tamanho luxo expulsando famílias indefesas ou mantendo como "vacas sagradas da Índia" grandes extensões de terras improdutivas.

Em Xapuri um oficial de Justiça deixa de entregar a ordem judicial numa área sujeita a conflito, por causa do jogo da seleção brasileira, ato que, além de ser uma burla às autoridades consti-



tuidas, é motivo para demissão. Em Tarauacá o fato se repete. Pasmem onde! A apenas meia hora da cidade de Tarauacá, na Fazenda Terra Firme - área dos militares.

Lá vivem 30 famílias, com 126 integrantes, há vários anos, algumas há 22 anos.

Um tenente as ameaçou de expulsão, sem qualquer indenização, como se os tempos fossem os mesmos da ditadura militar.

Diante disso, 18 representantes das famílias fizeram um abaixo-assinado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco

pedindo um advogado para defender seus direitos. "Corremos ao nosso sindicato - diz o abaixo-assinado -, mas o mesmo não deu a menor importância, pois o presidente vive embriagado na rua". (Comitê de Apoio aos Movimentos Populares - deputado Manoel Pacifico - Rio Branco, Acre)

Luta pela terra cresce em Sorocaba

Os trabalhadores rurais de Sorocaba continuam firmes na briga para que o governo realize a reforma agrária na região, sendo que já realizaram uma grande manifestação com mais de 700 pessoas diante da Fazenda Ipanema, pertencente ao Ministério da Agricultura.

Com clareza de que a reforma agrária não vem de último dia 22 os produtores rurais decidiram elaborar e abaixo-assinar

de no mínimo 30.000 assinaturas, exigindo "reforma agrária imediata em Sorocaba e região; e inclusão da Fazenda Ipanema no Plano de Reforma Agrária do governo". A Fetaesp e a diretoria do STR de Sorocaba se comprometeram a marcar audiência com o presidente José Sarney, quando uma grande caravana deverá lhe entregar o abaixo-assinado e cobrar uma resposta.

Deste modo, todo o movi-

mento dos rurais de Sorocaba, que vem se estruturando desde março vai chegando a um momento decisivo. Na opinião da grande maioria, "três avisos é o limite - já enviamos documento para o INCRA, o governo Montoro e o IAF; fizemos a manifestação na Fazenda Ipanema pro ministro Íris Resende ver; e vamos em caravana para Brasília entregar o abaixo-assinado para o presidente. Se depois disso tudo não sair nada, é porque a reforma agrária vai ter que ser feita

por nós mesmos!"

Estiveram presentes à assembleia, prestando apoio ao movimento, Tânia Andrade, da Comissão Municipal do Partido Comunista do Brasil de Sorocaba, que vem auxiliando os trabalhadores rurais desde o início do movimento, e o vereador Osvaldo Noce, do PT. Também o jornal Tribuna Operária marcou presença, sendo já conhecido no meio dos rurais como "o jornal da reforma agrária". (De um amigo do TO - Sorocaba, São Paulo)

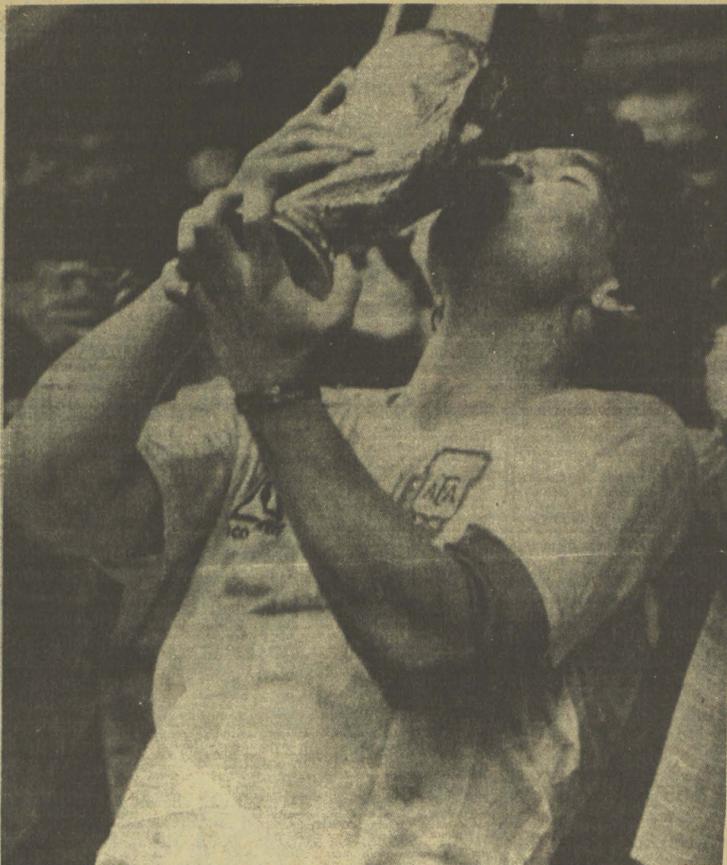
"Novo Tempo" ganha de goleada na Umes de Goiânia

A chapa "Novo Tempo da Umes", encabeçada pelo estudante Manoel Rangel, sagrou-se vencedora no pleito realizado nos dias 17, 18 e 19 para a renovação da diretoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas. Quase 30 mil estudantes de 53 colégios de Goiânia participaram das eleições. "Novo Tempo da Umes", apoiada por Viração, independentes e pelo PC do B, concorreu com a chapa "Jacaré Parado Via Bolsa", ligada ao PT. A diferença para a chapa vencedora foi de cinco mil votos.

Os novos dirigentes da Umes estão conscientes de que a entidade encontra-se distante dos estudantes em virtude da inoperância da direto-

ria que os antecedeu. Por isso consideram como um trabalho imediato divulgar a entidade junto aos secundaristas.

Outra preocupação da nova diretoria é a reconstrução do Castelinho, sede estudantil confiscada na época do regime militar. Há cerca de dois anos os estudantes conseguiram retomar a sede. Porém o prédio está praticamente destruído e precisa de reforma total. E os estudantes lutarão para conseguir verbas para esse fim. Outro ponto que merece atenção é a construção dos grêmios livres, questão fundamental para fazer avançar a organização estudantil. (Francisco Messias - Goiânia, Goiás)



Maradona foi exceção no campeonato de 1986

Pouco futebol e muito lucro na Copa do México

Terminou a Copa do México da forma que as primeiras rodadas prometiam. Escassez de gols, rēcordes de puniçōes, lucros fantásticos para a Fifa e seus dirigentes e pouco futebol nos gramados. A Argentina, do incrível Maradona, nāo mostrou maravilhas. Mas jogou bem. O mīnimo necessārio para levantar o tītulo.

Foram 143 puniçōes registradas durante as 52 partidas do torneio. Quase trēs em cada jogo. A Argentina ganhou tambēm esse tītulo, puxando a pontuaçāo dos cartōes amarelos com 13 advertēncias. Mas foi tambēm o melhor ataque da Copa, com 14 tentos anotados em sete partidas. Ainda assim, abaixo da mēdia de gols por partida - 2,53 -, aliās, a mais baixa de todas as copas.

A vitōria argentina confirmou duas tradiçōes da histōria da Copa. Mantve o tītulo entre o pequeno grupo de campeōes de todas as copas - Argentina, Uruguai, Brasil, Alemanha, Inglaterra e Itālia. E nāo foi dessa vez que uma seleçāo europēia conseguiu ser campeā nas Américas. Afora a esplēndida exibição de Maradona, o time campeāo nāo serā incluído entre as grandes seleçōes do futebol mundial, como a Hungria de 54, o Brasil de 70 ou a Holanda de 74.

O futebol da seleçāo de Pillado ē simples e pouco vistoso, sem nenhuma grande atraçāo especial. Mas teve qualidades que nāo se viu nos outros. Regularidade e resistēncia fīsica. A Argentina nāo fez nenhuma partida ruim ou infeliz e nem teve momentos de explosāo, como aconteceu com a Dinamarca e Uniāo Soviética, que alternaram goleadas arrasadoras com apresentaçōes mediocres e confusas. Tambēm nāo sofreu, como França e Itālia, o esgotamento fīsico das partidas disputadas sob os implacáveis 40 graus do sol mexicano. Numa frase, jogou bem. Do primeiro ao ūltimo jogo, sem brilho e ao mesmo tempo sem queda de produçāo. ē a campeā argentina, porē, a ūnica que sai dessa Copa com uma base de jogadores capaz de manter-se em forma atē 1990. Maradona, Burruchaga, Valdano e Olarticoechea sāo jogadores jovens e estarāo em plena atividade na

Copa da Itālia, ao contrārio da França, que nāo mais terā Platini, Tigana, Girresse; da Itālia, que nāo terā Altodelli nem Bruno Conti; da Alemanha, que perderā Rumminge e Briegel; e do Brasil, que estarā sem Zico, Sōcrates, Jūnior, Edinho e Falçāo.

Como se pode perceber, esta Copa serviu de tūmulo para dezenas de crakes e nāo foi berço de nenhuma grande revelaçāo. Maradona nōs jā conheciamos, e sō faltava o tītulo mundial para consagrā-lo como o maior jogador da atualidade no futebol mundial.

Mas se nāo consagrou nenhum grande time e nenhuma nova promessa, a Copa do Mēxico pelo menos serviu para selar uma unanimidade: o desastre da administraçāo do Joāo Havelange na presidēncia da Fifa. Em 12 anos de mandato, Havelange esculhambou com o torneio, sacrificando o bom futebol com tabelas e horārios absurdos, e ganhando muito dinheiro para a entidade, colando propaganda atē nas bandeirinhas de escanteio. Sem falar nos negōcios particulares que ele mesmo fechou com a televisāo mexicana usando o prestīgio do cargo que ocupa. Os tēnicos e jogadores que estiveram na Copa, os torcedores e a imprensa do mundo todo acusam Havelange de ter transformado a competiçāo num longo e congestionado desfile de propaganda comercial. A Fifa esqueceu o futebol, denunciam, para se dedicar a negociaçōes que hoje a envolvem atē com a máfia italiana.

Por uma ironia do acaso, Maradona estava lā, dentro do campo, fazendo mágicas com a perna esquerda de bruxo. Sorte de quem gosta do futebol. A bola que Diego sabe jogar com perfeiçāo fez esquecer a intragável rotina de mensagens publicitárias que a Copa vomitou pelo vīdeo. (Jessē Madureira)

Politicagem prejudica o festival de folclore no AM

Terminou dia 29 o 30º Festival Folclōrico do Amazonas, realizado anualmente em Manaus. Participaram 65 grupos, distribuídos nas modalidades de quadrilha, boi-bumbá, dança nordestina, pássaros e outras danças típicas. Os politiqueros amazonenses tentam submeter o Festival a seus interesses. A Tribuna Operária ouviu vārios componentes de grupos, estudiosos do folclore e o povo em geral sobre o Festival.

Em junho de 1957 teve inīcio o Festival Folclōrico do Amazonas, objetivando reunir num sō local de Manaus os vārios grupos folclōricos espalhados pela cidade e que transmitiam ao pūblico as nossas tradiçōes culturais, tais como a lenda das Amazonas (tribo indīgena constituída apenas de mulheres guerreiras), do boto, cobra grande, vitōria rēgia, cabras do nordeste etc. Trajados com roupas simples, de caipira, milhares de brincantes, geralmente residentes nos bairros proletários de Manaus, levavam delīrio e alegria à platēia numerosa.

Hoje em dia, o Festival Folclōrico vem sofrendo uma sēria descaracterizaçāo, principalmente pela intransigēncia do governo do Estado, que atravēs da Empresa Amazonense de Turismo - Ematur -, resolveu transformar o "festāo do povo" em mais um pacote turístico. Verga-se, desta forma, aos interesses das multinacionais instaladas no Distrito Industrial e dos comerciantes da Zona Franca.

Apesar dos parcos recursos repassados aos grupos, a Ematur exige indumentárias caríssimas (o luxo passou a ser critério para a classificaçāo, e por isto mesmo vārios grupos deixa-



Os grupos folclōricos recebem poucas verbas e tēm que exibir muito luxo. Marcinete (foto menor) foi a rainha do Festival

ram de participar, em protesto), na sede de conseguir divisas de turismo sem se preocupar com a questāo histōrica e antropolōgica. Segundo o professor e antropōlogo Mārio Ypiranga Monteiro, autor do livro Histōria da Cultura Amazonsense, o "folclore amazonsense vem sendo desrespeitado pelos mercadores da cultura".

EXPLORAÇAO E CONTRAVENÇAO

Ao lado dos parques de diversāo que exploravam a valer o dinheiro do povo, mesmo sem oferecer um mīnimo de segurança aos usuārios, e das dezenas de barracas que vendiam guloseimas e comidas típicas da regiāo, como tacacá, mungunzā, vatapá, bolo de macaxeira, banana frita, suco de cupuaçu etc., tambēm foram instaladas vārias bancas de jogos (argola, baralho, dados, roleta, jogo de azar), descaracterizando ainda mais a originalidade do festival.

A exploraçāo da bolsa popular e a contravençāo ocorreram ā sombra da polīcia, da Ematur e principalmente do governador Gilberto Mestrinho, que havia prometido "proibir a jogatina no festival". Promessa nāo cumprida gera insatisfaçāo, e isto foi expresso pelo presidente da Associaçāo dos Grupos Folclōricos do Amazonas, Luis Gilberto, que considerou o problema "um absurdo sem precedentes".

Mas nāo ē sō. Aproveitando a presença de milhares de pessoas vindas dos bairros periféricos, o locutor oficial (desde os tempos da ditadura militar), radialista Paulo Gilberto, entremeteu ao anūncio dos grupos presentes, o registro da presença no tablado dos candidatos da Aliança Democrática (PMDB-PFL), Amazonino Mendes e Di Carli, a quem considerava governador e senador "eleitos".



Tambēm a migalha de recursos repassados pela Ematur (Cz\$ 7 mil para cada grupo, alguns com atē 400 figurantes) deu margem para que candidatos-empresários servissem de "padrinhos", doando recursos aos artistas do folclore. Todos estes fatos vēm colaborando para a "destruiçāo cultural dos grupos submetidos ās regras prē-estabelecidas, visando apenas interesses eleitoreiros e o comērcio promissor", denuncia a jornalista Ivana Oliveira. (Josē Barbosa de Carvalho, Manaus)

Editora Anita Garibaldi informa

MARX/ENGELS		
Sobre literatura e arte	Cz\$ 26,00	
Ideologia Alemā	35,00	
Obras escolhidas em 3 volumes (cada volume)	90,00	
Manifesto comunista	12,00	
A comuna de Paris	20,00	
Sindicalismo	24,00	
Escritos militares	53,00	
Sobre religiāo	90,00	
MARX		
Origem do capital	35,00	
Questāo judaica	35,00	
Formaçōes econōmicas prē-capitalistas	31,80	
Salário, preço e lucro	15,00	
Liberdade de imprensa	35,00	
Trabalho assalariado e capital	12,00	
Miséria de filosofia	60,00	
Contribuiçāo ā crítica da economia polītica	77,00	
Crítica da filosofia de direito de Hegel	45,40	
ENGELS		
A questāo da habitaçāo	20,00	
Dialética da natureza	51,00	
Anti-duhring	52,00	
O papel do homem na transf. do macaco em homem	9,00	
Do socialismo utópico ao socialismo científico	19,00	
Origem da famīlia, da propriedade privada e do Estado	49,00	
A situaçāo da classe trabalhadora na Inglaterra	130,00	
LENIN		
Sobre os sindicatos	35,00	
O trabalho do partido entre as massas	35,00	
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	35,00	
O programa agrário	35,00	
Imperialismo, fase superior do capitalismo	31,00	
O Estado e a revoluçāo	38,00	
1905 - jornadas revolucionárias	20,00	
A revoluçāo proletária e o renegado Kaustsky	35,00	
As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo	20,00	
Teses de abril	35,00	
Como iludir o povo	15,00	
Sobre a emancipaçāo da mulher	55,00	
Um passo em frente, dois passos atrás	54,00	
Duas táticas da social-democracia	54,00	
Obras escolhidas em três volumes - cada volume	90,00	
Materialismo e empiriocriticismo	145,20	
STALIN		
Problemas econōmicos do socialismo na URSS	20,00	
Questōes polīticas	23,00	
O marxismo e o problema nacional e colonial	35,00	
Materialismo dialético e materialismo histōrico	16,00	
JOÃO AMAZONAS		
O revisionismo chinês de Mao Tsetung	10,00	
Socialismo, ideal da classe operária	20,00	
Trotskyismo, corrente polītica contra revolucionária	2,00	
ENVER HOKHA		
A luta contra o revisionismo soviético	25,00	
Albānia, 40 anos desbravando a histōria	10,00	
Discurso aos eleitores	5,00	
Relatōrio ao 8º Congresso do PTA	10,00	
O eurocomunismo ē anticomunismo	20,00	

Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luis Antônio, 1511, CEP 01317, São Paulo, fone (011) 251-2729.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Tele: 01132133 TIOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direçāo: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saude) - Caixa Postal 1439 - Rua Joāo Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Americo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimex) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venāncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barāo do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiānia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71100. MARANHÃO - São Luis: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Caiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAIABA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. Londrina: Rua Serjipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. - CEP 59080. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrad

Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Borzani, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Juiz. Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Marco, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avejar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Onildo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-1 e Fotolito, Litarte Fotolitos Ltda. Fone: 279-1646. Impressão: Cia Jorjes. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.



X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Annual (52 edições) Cz\$ 260,00
- Annual popular (52 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 65,00
- Trimestral (13 edições) Cz\$ 33,00
- Annual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissāo:

Data:

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



A espera para uma consulta se dá numa fila na porta dos Postos de Atendimento ou no seu interior, entre macas e feridos

Dossiê revela situação caótica nos hospitais

A mortalidade durante as intervenções neurocirúrgicas teve um aumento de 338% nos hospitais públicos de São Paulo. O número de leitos hospitalares conveniados com a Prefeitura reduziu-se de 1.200 para 160. Cirurgias são feitas nos corredores dos postos de atendimento por falta de locais apropriados. Estes e outros dados estaremcedores sobre o atendimento de urgência nos hospitais e prontos-socorros de São Paulo estão num dossiê da Associação Paulista de Medicina (APM), entregue às autoridades dia 26 de julho.

O dossiê de nove páginas da APM exige "medidas drásticas e urgentes no sentido de encerrar esse negro capítulo da assistência médica que vivemos hoje em nosso município". A Câmara dos Vereadores criou uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para averiguar a falta de recursos nos hospitais e postos de saúde municipais. Com a repercussão do documento da APM o secretário municipal de Higiene, Ricardo Veronezzi, acabou reconhecendo que o atendimento de urgência em São Paulo está um "verdadeiro caos". E prometeu que a Prefeitura iria liberar Cz\$ 100 milhões para esta área.

Não só a Prefeitura paulistana está relapsa com a saúde. Este descaso se acentuou durante os 21 anos de ditadura militar e com a Nova República este quadro não se reverteu. Entre 1985 e 1986 houve uma redução real de verbas para a área de saúde. Enquanto a inflação chegava aos 250% seu orçamento foi reajustado em 160%. E isto é mais inexplicável ao se saber que no ano passado houve um superávit na balança da Previdência Social. Muitas vezes a culpa do mau atendimento aos pacientes recai sobre o médico, que é quem tem o contato mais direto com eles. Há vários processos de pacientes contra médicos e outros são agredidos e ameaçados de morte face às desumanas condições de atendimento. A população tem o direito de exigir um tratamento digno e adequado, mas desconhecendo a precariedade dos hospitais, termina dirigindo suas reclamações ao alvo errado.

Para esclarecer esta questão o dossiê da APM fez um profundo levantamento. Ele denuncia: "O médico fica sujeito a estafantes jornadas de trabalho, onde na maior parte das vezes é obrigado a dispen-

sar pacientes, por falta de vagas, por falta de especialidades, por falta de material adequado para atendimento de determinada doença. Passa às vezes horas junto ao telefone tentando, sem sucesso, enviar o seu paciente para outros locais mais adequados. Isto cria mal estar entre os profissionais, cada um sem entender os problemas encontrados pelo outro".

Faltam ambulâncias e doentes são removidos pelas viaturas da PM

Há uma falta muito grande de postos e hospitais de urgência e nos que estão em funcionamento as condições físicas são precárias; faltam recursos humanos e equipamentos. O dossiê mostra que o sistema de remoção de doentes está falido. "Hoje, 95% dos resgates de urgência é feito pelas 1.200 viaturas policiais. Das 120 ambulâncias da Prefeitura, 60 estão inutilizadas ou em constantes reparos. As demais percorrem a cidade levando material para suprir deficiências dos vários postos e encaminhando pacientes de um local a outro".

Os pacientes são tratados de maneira precária por falta de estrutura física adequada, conforme mostra o relatório da APM: "Corredores se transformam em salas de cirurgia. Saguão de hospital vira enfermaria ou garagem de macas. Banheiros se travestem de postos de preparo de medicação. Tapumes improvisados funcionam como paredes, muitas vezes não preservando a intimidade da relação médico-paciente".

"Nos saguões hospitalares, as macas colocadas uma ao lado da outra impossibilitam aos médicos e enfermagem um adequado exame e tratamento. São frequentes as quedas de doentes das macas ao chão. Há casos de permanência nas macas por mais de vinte dias". E no próprio dossiê há uma indagação: "É possível a alguém permanecer deitado sobre uma maca metálica com colchonete de cinco centímetros de espessura e 50 centímetros de largura por dias inteiros? Como é possível a aplicação de soros e medicamentos nestas condições?"

Houve um aumento de mortalidade em neurocirurgia de 338%

Quando à falta de material humano a situação é crítica, só "não entrou em colapso devido à abnegação dos servidores". O documento diz: "Há um esgotamento físico e psíquico de todo o pessoal, resultando em aumento das licenças médicas. Não há reposição do pessoal afastado ou em férias".

Nestas condições, os médicos são obrigados a operar sem equipe completa, elevando a níveis perigosos o risco cirúrgico. "Houve aumento de mortalidade em neurocirurgia de 338%", afirma o dossiê. Alguns dados comprovam estas denúncias. No Hospital Municipal do Tatuapé houve uma média mensal de 331 cirurgias. Em março de 1986 esse número elevou-se para 624, com o mesmo quadro de médicos e um número menor de enfermeiros. Ainda neste hospital, aumentou em 35% o número de internações no Serviço de Neurocirurgia durante o primeiro trimestre deste ano, sendo que o número de médicos diminuiu.

Também são citados no documento a falta de médicos e enfermeiros em diversos outros hospitais e prontos-socorros. E conclui-se que "nessas condições não se pode responsabilizar o corpo médico por imperícia, imprudência ou negligência. Pelo contrário, negligência é a dos responsáveis pelos serviços de saúde de São Paulo, preocupados muitas vezes em verificar se o uniforme está de acordo ou se um médico encontra-se em repouso, como se jornadas de 24 horas nessas condições pudessem ser cumpridas sem um descanso".

A carência de material e equipamentos é uma constante, impossibilitando muitas vezes o médico de fazer atendimentos mais simples. Mesmo o material básico para os primeiros socorros, como gesso, medicamentos, esparadrapo, gaze, ataduras, nem sempre está à disposição.

O documento cita os exemplos mais ilustrativos: "No PSM de Santana o autoclave encontra-se avariado, sendo o material para esterilização transportado em ambulância para outro hospital, sobrecarregando-o. No mesmo posto há ausência de aparelho de Raios X, não sendo assim possível tratar sequer pequenas fraturas. No Hospital Heliópolis do Inamps não existem próteses ortopédicas, tornando impossível cirurgias ortopédicas nas grandes fraturas. No Hospital Municipal do Jabaquara a compra de material, como "clips" para aneurismas cerebrais e válvulas para hidrocefalia, é morosa e segue trâmites burocráticos prolongados. O mesmo ocorre com os cateteres de Fogarty para embolectomias arteriais".



Funcionários da saúde voltam ao trabalho sem êxitos

Encerrou-se no dia 1º de julho a greve do setor de saúde do Estado de São Paulo, que incluía a Secretaria da Saúde (paralisada durante 35 dias), o Hospital das Clínicas e o Hospital do Servidor Público Estadual, cujo movimento durou 18 dias.

A assembléia que encerrou o movimento, a maior do funcionalismo público estadual dos últimos tempos, reuniu mais de 4 mil pessoas. Foi bastante tumultuada, praticamente dividida ao meio entre os que defendiam a continuidade do movimento e os que propunham sua suspensão. Lideranças ligadas à CUT, ao PT, ao PRC e ao PCB propuseram veementemente o retorno ao trabalho sob a alegação de que o governo Montoro iria punir os grevistas cortando ponto e ameaçando demitir os cabeças do movimento.

GOVERNO RECUSA DIÁLOGO

A CGT e o PC do B defendiam a continuidade da greve, já que até então os servidores não haviam conquistado nenhuma de suas reivindicações, e nem mesmo o pagamento de uma gratificação

recebida em julho do ano passado e descontada agora do salário dos servidores a pretexto do Plano Cruzado. O governo recusou-se a conceder isonomia para motoristas, serventes, escriturários e outras categorias de baixa renda que representam 30% dos servidores. Apesar disso as correntes ligadas ao PT criaram um clima de confusão tal na Assembléia que pouco mais de 50% dos servidores, acreditando na formação de uma comissão para negociar com o governo estadual (que recusou-se ao diálogo enquanto prosseguisse a greve e garantiu que vai cortar o ponto com ou sem discussão com a comissão) votaram pelo fim da greve.

Ségundo o secretário geral da CGT de São Paulo, Jamil Murad, "as lideranças ligadas ao PT, mesmo as que estão à frente de entidades como a Associação dos Servidores da Secretaria da Saúde de São Paulo, capitularam. Na realidade - disse ele - houve muita manobra durante a assembléia para acabar com a greve. Na prática foi uma condução errônea. Essas lideranças não procuraram negociar com o governo. Só pensaram nisso com o fim da greve".



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois da Saúde

Zona Sul luta por um hospital

A precariedade de atendimento médico nos postos de saúde e hospitais públicos se reflete com intensidade maior entre a população pobre da periferia, sem condições de acesso à rede hospitalar privada. A Zona Sul de São Paulo, com aproximadamente dois milhões de habitantes, concentrando um grande número de operários, é um exemplo. Em toda esta região não existe nenhum hospital público e apenas um Ponto Socorro em Santo Amaro.

Ségundo Gilberto Natalini, candidato a deputado estadual pelo PC do B, "o nível de saúde da população é precaríssimo. Existe todo tipo de doenças infecto-contagiosas e não existem hospitais para atendê-las". Para enfrentar este descaso das autoridades para com a saúde, a população organizou o Movimento de Saúde da Zona Sul, congregando entidades com a APS (Associação Popular de Saúde), Sociedade Amigos de Bairro, partidos políticos etc.

Uma de suas principais reivindicações é a construção dos três hospitais municipais: em Campo Limpo, Interlagos e Pedreira. Desde a posse do prefeito Jânio Quadros as obras do hospital de Campo Limpo (único dos três que estava em construção) estão quase paralisadas. Existe uma denúncia de que as verbas foram desviadas para a Guarda Municipal. Dia 6 de julho, às 15 horas, haverá um encontro no Colégio Lineu Prestes entre as entidades populares e as autoridades da área de saúde. Gilberto Natalini acrescenta: "Queremos cobrar particularmente da Prefeitura a construção dos três hospitais".

A situação da população é tão dramática que o paciente é obrigado a esperar de dois a três meses para se conseguir uma consulta de especialista em um dos hospitais que têm convênio com o Inamps. Nos postos de atendimento, como o da rua Paulo Eiró, as filas começam às 4 horas da manhã.